



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**“A DINÂMICA DA AGRICULTURA PERIURBANA NO
MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU/RJ”**

FELIPE DA SILVA MACHADO

Rio de Janeiro

Dezembro/2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**“A DINÂMICA DA AGRICULTURA PERIURBANA NO
MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU/RJ”**

FELIPE DA SILVA MACHADO

Orientadora: Professora Dra. ANA MARIA DE S. MELLO BICALHO

Monografia submetida ao
Departamento de Geografia
como requisito para obtenção
do grau de Bacharel em
Geografia

Rio de Janeiro
Dezembro/2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**“A DINÂMICA DA AGRICULTURA PERIURBANA NO
MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU/RJ”**

**Monografia submetida ao Departamento de Geografia como requisito
para obtenção do grau de Bacharel em Geografia**

Aprovada por:

Professora Dra. Ana Maria Bicalho (Departamento de Geografia - UFRJ)

Avaliador

**Rio de Janeiro
Dezembro/2009**

FICHA CATALOGRÁFICA

MACHADO, Felipe da Silva

A DINÂMICA DA AGRICULTURA PERIURBANA NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU/RJ

Rio de Janeiro, 2009-30-12.

53p. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009/UFRJ.

Dissertação de Monografia para Obtenção do Grau de Bacharel em Geografia.

- 1- Geografia Agrária
- 2- Interação Rural-Urbana
- 3- Agricultura Periurbana
- 4- Espaço Periurbano
- 5- Nova Iguaçu - RJ

AGRADECIMENTOS

À Professora Ana Maria de Souza Mello Bicalho, pela orientação e amizade nesses quatro anos de graduação (em trabalhos científicos, jornadas de iniciação, estágio de campo, monografia, eventos acadêmicos, relatórios de pesquisa, monitoria, trabalhos de campo). Obrigado pelos ensinamentos, que tanto contribuíram nessa primeira etapa da minha formação acadêmica.

Aos meus pais e minhas irmãs, pelo carinho e apoio integral durante esses anos.

À Professora Regina Cohen Barros, que durante o ensino médio no Colégio Técnico da UFRRJ me apresentou a Geografia Agrária.

Aos produtores rurais e funcionários da Secretaria de Agricultura de Nova Iguaçu, pela atenção e paciência diante dos meus questionamentos.

Aos meus amigos, pelas boas conversas e momentos de descontração.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro através da Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC - CNPq/UFRJ).

Ao programa de Bolsas Luso-Brasileiras Santander Universidades, pelo apoio financeiro na mobilidade acadêmica para Universidade Nova de Lisboa, realizada durante minha graduação.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS.....	7
RESUMO.....	8
INTRODUÇÃO.....	9
I – A GEOGRAFIA AGRÁRIA E A INTERFACE RURAL – URBANA	
1.1 - <i>A Geografia Agrária e seus temas de interesse</i> -----	12
1.2 - <i>Questões centrais da Interface Rural – Urbana</i> -----	15
II – ESPAÇO PERIURBANO: CONTEXTUALIZANDO SUA DINÂMICA	
2.1 - <i>O conceito de espaço periurbano e o processo de periurbanização</i> ----	19
2.2 - <i>A dinâmica da agricultura no espaço periurbano</i> -----	12
III – NOVA IGUAÇU: DA CITRICULTURA A “ERA DOS LOTEAMENTOS”	
3.1 – <i>Nova Iguaçu: Polo da Citricultura no RJ</i> -----	26
3.2 – <i>Nova Iguaçu e a “Era dos Loteamentos”</i> -----	32
IV – A DINÂMICA E AS NOVAS FUNCIONALIDADES DO ESPAÇO AGRÁRIO DE NOVA IGUAÇU	
4.1 – <i>A Dinâmica da Produção Agrícola de Nova Iguaçu: 1960 a 2006</i> -----	35
4.2 - <i>As Novas Funções da Agricultura em Nova Iguaçu – RJ</i> -----	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	48
BIBLIOGRAFIA-----	50

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Laranjal - Nova Iguaçu-----	27
Figura 2 – Rua Floresta Miranda – Nova Iguaçu (1940)-----	29
Gráfico 1 – Utilização das terras – Área (ha)-----	37
Gráfico 2 – Área Total (ha) Agropecuária-----	37
Gráfico 3 – Número de estabelecimentos agropecuários-----	38
Gráfico 4 – Efetivo de Aves-----	39
Gráfico 5 - Efetivo Bovino-----	39
Gráfico 6 – Efetivo de Suínos-----	40
Gráfico 7 – Quantidade (Mil frutos) – Laranja-----	41
Gráfico 8 – Quantidade (cachos) – Banana-----	41
Gráfico 9 – Quantidade (Toneladas) – Mandioca-----	42
Gráfico 10 – Quantidade (Toneladas) – Cana-de-Açúcar-----	42
Gráfico 11 – Relação da Área (ha) Ocupada e Cultura-----	44
Gráfico 12 – Relação da Área Ocupada (ha) e Cultura (nº. absolutos)-----	44
Figura 3 – Nova Iguaçu e Áreas Rurais-----	47

Resumo

O presente trabalho busca, a partir do estudo da involução e do quadro atual do espaço agrário do município de Nova Iguaçu (RJ), responder questionamentos quanto ao grau de intensidade da expansão urbana na "era dos loteamentos" na área rural próxima a cidade do Rio de Janeiro que foi convertida em um espaço periurbano.

Até o início do processo de loteamento, o município apresentava características rurais e uma estrutura social baseada na citricultura. A partir da eclosão da Segunda Guerra Mundial, as exportações foram interrompidas, levando a produção da laranja a um forte declínio. Essa temática foi muito discutida nos estudos de Geografia Urbana a partir de 1960. Tais estudos tiveram uma perspectiva de que houve o fim do ciclo da laranja e o início da atuação dos agentes modeladores do uso do solo urbano através do fracionamento das terras de Nova Iguaçu. Questiona-se até que ponto houve um declínio tão rápido da atividade agrícola do município, de forma a levar a sua conversão de uso rural para uso urbano. A metodologia se baseia em dados primários e secundários, além de uma discussão teórica sobre os espaços periurbano e rural, analisando sua interface rural-urbana.

A agricultura resiste ao avanço da urbanização e é parte de um processo dinâmico de contínua mudança sócio-espacial gerado por uma situação de permanente conflito de interesses e disputas de áreas por usos urbanos e rurais, típicos nas áreas agrícolas da periferia metropolitana. Nesse sentido, é feito um estudo acerca da dinâmica do espaço agrário periurbano, tendo em vista identificar suas características, limitações e tendências recentes.

Introdução

Nas regiões metropolitanas, a atividade agrícola apresenta uma dinâmica resultante da influência da cidade e das condições e características da agricultura praticada. As atividades urbanas exercem uma constante pressão em seu movimento de expansão sobre as áreas rurais, mas ao mesmo tempo demandam determinados produtos para seu abastecimento, que são providos muitas vezes por essas mesmas áreas. Ou seja, o crescimento das cidades e sua conseqüente expansão não são capazes de converter toda área agrícola para uso urbano.

O presente trabalho busca, a partir do estudo da involução e do quadro atual do espaço agrário do município de Nova Iguaçu (RJ), responder questionamentos quanto ao grau de intensidade da expansão urbana na "era dos loteamentos" na área rural próxima a cidade do Rio de Janeiro que foi convertida em um espaço periurbano. Estudos apontam que até o início do processo de loteamento o município apresentava características rurais e uma estrutura social baseada na citricultura, mas que partir da eclosão da Segunda Guerra Mundial, as exportações do fruto foram interrompidas, levando a produção da laranja a um forte declínio. Tal temática foi muito discutida nos estudos de Geografia Urbana a partir de 1960, onde havia uma perspectiva de que houve o fim do ciclo da laranja e o início da atuação dos agentes modeladores do uso do solo urbano através do fracionamento das terras de Nova Iguaçu. Questiona-se até que ponto houve um declínio tão rápido da atividade agrícola do município, de forma a levar a sua conversão de uso rural para uso urbano.

A metodologia do trabalho se baseia em dados primários e secundários, além de uma discussão teórica sobre os espaços periurbano e rural, analisando sua interface rural-urbana. Para responder as questões norteadoras do trabalho recorreu-se aos dados do Censo Agrícola de 1960 e os Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1995/1996 e 2006, criando assim os dados secundários da pesquisa. Os interlocutores que contribuíram para as respostas dos questionamentos do trabalho e forneceram dados primários da pesquisa foram: alguns produtores rurais da cidade, principalmente os líderes das associações de produtores, a Secretaria de Agricultura do Município e os líderes do Movimento Agricultura na Baixada (funcionários das Secretarias de Agricultura dos municípios da Baixada Fluminense, da EMATER/RJ e produtores rurais). Foram também importantes para pesquisa a análise do Plano Diretor – Lei nº 3.261 de 23/11/2001, que dá fim a secretaria de agricultura do município de Nova

Iguaçu, e da Lei nº 3.660 de 15/07/2005, que cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural da Cidade de Nova Iguaçu e estabelece as atribuições da nova secretaria de agricultura.

O trabalho foi estruturado em quatro capítulos, o primeiro discute a relação da Geografia Agrária com a temática da Interface Rural-Urbana, inicialmente realiza-se uma periodização da Geografia Agrária e seus temas de estudo, e, posteriormente, são apresentadas as questões centrais que norteiam uma pesquisa com a temática rural-urbana.

O segundo capítulo é caracterizado como uma discussão teórico-conceitual, onde se discute um conceito fundamental do trabalho – o espaço periurbano e sua dinâmica. Nesse capítulo o espaço periurbano é definido a partir de diversos estudiosos que se debruçam no conceito, e também é apresentada a dinâmica da agricultura nesse espaço, tema discutido por diversos pesquisadores estrangeiros e alguns brasileiros.

No penúltimo capítulo é apresentada a área de estudo através de alguns trabalhos que contribuíram para o entendimento do processo de periferação no município de Nova Iguaçu. Os estudos apontam que após o fim da citricultura, Nova Iguaçu torna-se um emaranhado de loteamentos. Com tendência contrária, é o quarto e último capítulo, que através da dinâmica da produção agrícola de Nova Iguaçu de 1960 a 2006 e da discussão quanto às novas funções da agricultura no município, responde os questionamentos quanto ao grau de intensidade da expansão urbana na "era dos loteamentos" na área rural que foi convertida em um espaço periurbano.

A pesquisa corrobora para tese de que a agricultura resiste ao avanço da urbanização e é parte de um processo dinâmico de contínua mudança sócio-espacial gerado por uma situação de permanente conflito de interesses e disputas de áreas por usos urbanos e rurais, típicos nas áreas agrícolas da periferia metropolitana. Nesse sentido, é feito um estudo acerca da dinâmica do espaço agrário periurbano, tendo em vista identificar suas características, limitações e tendências recentes.

Além de o trabalho questionar se a expansão urbana de Nova Iguaçu foi capaz de converter toda área do município em uso urbano. Ele também discute: por que e quando ocorre efetivamente a reconversão da maior parte das áreas rurais para uso urbano? Qual foi o grau de intensidade da expansão urbana e das mudanças sócio-espaciais no espaço agrário do município? E por que a agricultura ganha novos usos e emerge interesses no setor agrícola de Nova Iguaçu (retorno da Secretaria de

Agricultura e criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural da Cidade de Nova Iguaçu)?

Assim, a pesquisa aponta que a interação rural-urbana, em suas diferentes intensidades, multifunções e pluriatividades, define no campo “sistemas rurais altamente complexos com dinâmicas sociais multi-direcionais e politômicas, tendo em vista a diversidade de atores e o confronto de interesses muitas vezes opostos” (BICALHO, 2003, p.516). Torna-se então importante o reconhecimento de que nas áreas de interações rural-urbanas, por constituírem um ambiente de grade instabilidade com contínuas e rápidas mudanças, ocorre uma intensa e complexa dinâmica social, econômica e política, resultado da diversidade de atores e processos.

I – A Geografia Agrária e a Interface Rural-Urbana

1.1 – A Geografia Agrária e seus temas de interesse

A agricultura definida como uma atividade econômica praticada pelo homem e que visa à produção de alimentos e matéria-prima, é um tema antigo da Geografia. Nas décadas de 30 e 40, quando a ciência geográfica apresentava uma divisão dual (Física e Humana), a agricultura ocupava prioridade nos estudos econômicos da Geografia Humana. A definição de um campo de estudo específico não era necessária, uma vez que no espaço a atividade agrícola era hegemônica.

A partir da década de 1950, como aponta Ferreira (2001), o desenvolvimento do sistema urbano-industrial e a concretização da divisão social do trabalho colocaram a cidade e a indústria como precursores de uma nova realidade econômica. “A complexidade das relações que se estabeleceram levou à necessidade de definição de novos campos, e a agricultura, passou a ser coadjuvante num sistema econômico constituído por muitos elementos ou partes” (FERREIRA, 2001, p.43). Por consequência emerge a necessidade de uma definição exata do campo de estudo de cada um dos ramos.

As primeiras contribuições relativas à definição e ao objeto da Geografia Agrária – campo de estudo das atividades econômicas ligadas ao rural - foram escritas por geógrafos estrangeiros, como as de Waibel em “Capítulos de Geografia Tropical do Brasil” (1979). Em Waibel (1979), a Geografia Agrária é a denominação para uma disciplina com a preocupação na diferenciação espacial da agricultura. “A agricultura é um importante fenômeno da superfície da terra e é atribuição da Geografia Agrária tentar descrever a sua diferenciação espacial, procurando ao mesmo tempo esclarecer as forças atuantes” (WAIBEL, 1979, p.30).

A Geografia Agrária de Waibel parte sua análise da fito e da zoogeografia. A Geografia das plantas úteis e dos animais domesticados é diferenciada a partir de três disciplinas, uma preocupada com a distribuição das espécies vegetais e animais da agricultura (Geografia Agrária Estatística). Outra trata das formas da economia e a relação com o meio ambiente (Geografia Agrária Ecológica) e a última é orientada na análise dos diferentes aspectos da paisagem (Geografia Agrária Fisionômica).

Ferreira (2001) enquadra os trabalhos geográficos sobre agricultura até a década de 1950 em três categorias de análise: estudos econômicos, referentes à avaliação da produção e da comercialização de produtos agrícolas, examinados sob a forma de dados estatísticos; estudos ecológico-físicos nos quais há análise dos condicionantes físicos: forma do terreno, clima, tipos de solo, importantes para explicar a localização dos cultivos e o uso de recursos; e estudos sobre as formas espaciais da agricultura, ou seja, da paisagem como resultado da ação humana.

“O geógrafo agrário estava preocupado em estudar a atividade agrícola evidenciada na paisagem e distribuída distintamente pela superfície da terra em função dos condicionantes naturais, dos sistemas econômicos (sistemas de cultivos) e da população (hábitat, modo de vida). Está é a Geografia Agrária da década de 1950: imprecisa quanto à sua definição, representativa como campo de interesse e numerosa quanto à produção científica.” (FERREIRA, 2001, p.47).

Na década de 1970, no contexto da Geografia Agrária Quantitativa, mudanças revelam a necessidade de revisão do objeto de estudo. O processo de modernização da agricultura introduz no campo novas formas de produzir, novas relações de trabalho mais apropriadas à lógica do sistema capitalista, onde a indústria passa a ser produtora de insumos para a agricultura e consumidora de bens agrícolas. Momento onde as capitais apropriacionistas, associados com o processo de produção rural e com a transformação primária das safras, e os capitais substitucionistas, envolvidos nas etapas posteriores da fabricação de alimentos, transformaram o processo de produção rural (GOODMAN *et alli*, 1987).

A década de 80 é marcada por preocupações quanto às perspectivas teórico-metodológicas da Geografia Agrária no Brasil. Com uma economia globalizada e uma crescente expansão urbana, pensar nos novos papéis do espaço agrário nesse contexto contemporâneo tornava-se importante. Pensar o espaço agrário não como aquele destinado somente as atividades rurais, no sentido de produzir alimentos e matéria-prima (função produtiva), mas também através dos aspectos plurais da intensa relação campo-cidade. Ferreira (2001) aponta que no trabalho de Galvão (1987), elaborado num contexto de complexidade, a revolução teórico-quantitativa e o materialismo histórico

e dialético tornaram-se marcantes para os novos encaminhamentos teórico-metodológicos da Geografia Agrária. Galvão (1987) revisa as metodologias e busca novas formas para explicar a realidade em constante mutação, afirmando que a Geografia Agrária precisa responder e compreender o processo de transformação por que passa o meio rural. A articulação e interação entre o rural e o urbano, resultando uma nova concepção de espaço agrário, é um elemento da revitalização dos estudos de Geografia Agrária.

Para responder às novas perspectivas colocadas pelo espaço rural, Galvão (1987) coloca a relação campo-cidade como uma alternativa de análise do ponto de vista da percepção, que oferece novas oportunidades de investigação, visto que pode propiciar um equacionamento entre a decisão pontual do produtor e a dimensão espacial da produção, que consiste num dos grandes entraves metodológicos (GALVÃO *apud* FERREIRA, 2001).

“A compreensão dos problemas agrários passa a exigir, de forma cada vez mais presente uma análise ampla e cuidadosa das relações entre o rural e o urbano [...] para a Geografia Agrária, entretanto, as relações campo/cidade têm muitas outras conotações, seja para o estudo da agricultura enquanto atividade produtiva, seja para o estudo da população nela envolvida enquanto agente de produção, ou ainda para a compreensão do próprio espaço agrário, enquanto segmento individualizado de um contexto espacial maior no qual se insere” (GALVÃO *apud* FERREIRA, 2001, p.60).

Mas, ainda hoje, permanece na maior parte dos trabalhos geográficos uma dicotomia entre os estudos rurais e urbanos. BICALHO *et alli* (1998) afirmam que geralmente, os estudos rurais são estritamente agrários e os urbanos estritamente urbanos e mantém-se a visão da substituição do agrário pela expansão urbana, dominando a competição pelo uso do espaço. Porém, pesquisas no âmbito da interação rural-urbana, desenvolvida nos últimos anos por geógrafos e outros especialistas, reverte esta visão dicotômica. Estudos começam a evidenciar tendências semelhantes na constituição de um novo espaço, distinto em si mesmo e produto da intercessão rural-urbana. Um novo processo de constituição espacial importante como objeto de estudo para geógrafos urbanos e agrários.

O espaço rural contemporâneo apresenta diferentes atividades, resultado da introdução de atividades não agrícolas no campo que podem tanto estimular quanto conflitar com as atividades tradicionais, assim como coexistir. Assim, as atividades rurais típicas e de pluriatividades, expressam a natureza multifuncional do espaço rural atual. Sendo também a pluriatividade e a multifuncionalidade no campo responsáveis pela diversidade de interesses e atores locais, que podem fortalecer o contexto social local e criar caminhos para sustentabilidade rural. Bicalho (2003) destaca alguns temas de interesse e de preocupação geográfica que ampliam as questões teórico-metodológicas e a prática social e econômica do campo: a multifuncionalidade do espaço rural contemporâneo, a superação da dicotomia biofísica e humana, as novas políticas e práticas no campo, a participação comunitária e o conhecimento local, e o confronto cultural e político na mediação de interesses de atores diversos. Nos atuais estudos agrários são reconhecidos sistemas rural-urbanos que se movimentam em torno de questões comuns em processos complexos e com diversidade de atores.

1.2 – Questões centrais da Interface Rural – Urbana

Nas pesquisas sobre a sustentabilidade na interface rural-urbana (questão teórico-metodológica da Geografia Agrária contemporânea), um atual grupo de pesquisa da Comissão da União Geográfica Internacional (UGI) aponta determinadas perspectivas e diretrizes para o estudo da temática. Destaca-se que apesar do reconhecimento de que as interações dependem do grau de urbanização das áreas estudadas, que varia regionalmente, existem pontos em comum a todas elas a partir das tendências globalizantes.

Outro ponto fundamental destacado pelo grupo é a necessidade de abertura em ambos os componentes rurais e urbanos expressos no livre trânsito de suas economias e culturas. Os processos contemporâneos atuam tanto no urbano quanto no rural, e aproximam e intensificam as inter-relações setoriais, que conseqüentemente se transformam em relações integrativas e reconfiguram uma nova organização social, cultural e política. “O rural e o urbano existem em proximidade com estreito relacionamento simbiótico em termos do funcionamento dos ecossistemas naturais, das atividades econômicas e da organização social, cultural e política” (BICALHO *et alli*, 1998, p.110).

A identificação nas interações rural-urbanas das diferentes atividades que redefinem o rural é iminente nessa perspectiva de pesquisa. Torna-se necessário reconhecer áreas não apenas mais distantes da região metropolitana, mas também na franja (periurbana) ou mesmo embutidas (intra-urbana), como enclaves dentro do contexto urbano. As novas funções do espaço rural no contexto urbano é um ponto fundamental a considerar. O interesse pelo ambiente natural nos enclaves rurais está na manutenção de áreas verdes e de lazer. Assim, Bicalho *et alli* (1998) apontam que as áreas rurais ganham a função de bem estar com a melhoria da qualidade de vida do ambiente urbano densamente construído. A preocupação com o ambiente natural na franja rural-urbana é semelhante, já nas áreas de localização mais afastadas (sombra urbana), sobressaem questões de preservação e conservação da natureza (reservas florestais, proteção de mananciais de água e reservas associadas a atividades de lazer).

“A conservação em si é comumente abordada nas áreas de produção agrícola, procurando conciliar sistemas agrícolas altamente intensivos com problemas de erosão dos solos, poluição, desmatamento e exaustão dos recursos hídricos. A atividade produtiva, por questões econômicas e sociais ou de conservação, pode ser combinada com atividades de lazer como hotéis-fazenda, pesca e turismo agrícola. Ao seu lado se encontram as mais diversas formas de veraneio e turismo campestre e ecológico” (BICALHO *et alli*, 1998, p.111).

O conhecimento do comportamento das áreas de interações rural-urbanas, dentro da dimensão temporal, possui um curto prazo, uma vez que se constituem de ambientes com grande instabilidade e passíveis a mudanças rápidas. “São áreas que apresentam intensa dinâmica social, econômica e política [...] contínuas e rápidas mudanças, a exemplo da ordenação e reordenação constante do uso da terra ou a incorporação de novas atividades e, mesmo, sua alteração” (BICALHO *et alli*, 1998, p.117).

Nos estudos da Geografia Agrária sobre as interações rural-urbanas emerge a necessidade de se repensar a própria descrição e análise. Em tais estudos torna-se importante a construção de uma perspectiva holística, que abrange as dimensões ambiental, político-administrativa, sócio-cultural e econômica. Sendo assim, é preciso

que se estruture um trabalho que não negligencie a complexidade do tema de pesquisa, e que evite abordagens dicotômicas e interpretações unilineares e conflitantes dos impactos.

II – Espaço Periurbano: Contextualizando sua Dinâmica

Na grande metrópole e no seu entorno, a atividade agrícola apresenta uma dinâmica resultante da influência da cidade e das condições e características da agricultura praticada. As atividades urbanas exercem uma constante pressão sobre as áreas rurais em seu movimento de expansão, mas ao mesmo tempo demandam determinados produtos para seu abastecimento, que são providos muitas vezes por essas mesmas áreas. Uma visão que se contrapõe a um espaço rural e urbano em oposição entre si.

O estudo das atividades agrícolas nos espaços em processo de urbanização tem despertado muito interesse nos últimos anos em diferentes países. Na geografia, o tema não se restringe somente à perspectiva social, já que a agricultura urbana e periurbana participam de um questionamento mais amplo, que envolve modelos de localização espacial de atividades agrícolas e sua relação com o abastecimento urbano. A agricultura desenvolvida na cidade ou próxima a ela retoma um antigo debate quanto ao conflito de uso da terra, decorrente do crescimento urbano sobre as áreas rurais. Geógrafos vêm há tempos buscando entender a realidade de diferentes tipos de territórios. “Na agricultura da franja rural-urbana, a maior preocupação tem sido tentar ordenar os fatores que estão por trás dos processos de mudança e de construção de tipos diferentes de zonas agrícolas nas franjas rural-urbanas” (CLÉMENT e BRYANT, 2003, p. 210).

Tal estudo também contribui para a discussão das interações espaciais, parte integrante e tradicional do temário geográfico. Segundo Corrêa (2006) em um mundo que rapidamente tem suas interações complexificadas, o estudo das interações espaciais constitui uma tarefa que os geógrafos devem assumir, visando contribuir para, através de sua visão particular da realidade, torná-la desmistificada e inteligível.

As mudanças agrícolas na periferia urbana não resultam somente num processo de conversão de áreas tipicamente rurais em áreas urbanas. O crescimento da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, e sua conseqüente expansão de sua área edificada não foram capazes de converter toda área do próprio município (BICALHO, 1992) e dos municípios do seu entorno em usos urbanos. Assim, essas cidades apresentam áreas rurais entremeadas a usos urbanos, nitidamente identificadas na sua zona periurbana, além de áreas agrícolas até mesmo no interior das áreas edificadas. Para entender como

a agricultura resiste ao avanço da cidade, é preciso considerá-la como parte de um processo dinâmico de contínua mudança sócio-espacial, gerado por uma situação de permanente conflito de interesses e disputa de áreas por usos urbanos e rurais, típicos de áreas em intenso processo de urbanização. A constatação da persistência da agricultura justifica a escolha de investigar os processos de reestruturação do espaço rural e sua interação com o urbano.

2.1 – O conceito de espaço periurbano e o processo de periurbanização

As áreas periurbanas são aquelas onde a mudança na estrutura agrária e as pressões urbanas estão em forte interação e disputa por uso, resultando uma acelerada conversão combinada com rápidas mudanças sociais e econômicas. O processo de periurbanização é entendido como “a extensão da cidade em direção à área rural, além dos densos e contíguos subúrbios, os quais são diretamente adjacentes à cidade central. Um processo de urbanização mais ou menos intensivo, e em sua maior parte descontínuo.” (STEINBERG, 2001, p.1). Sendo importante entender que esse rápido processo de urbanização é “disperso e não resulta em padrões uniformes e homogêneos [...] sob alta pressão urbana, têm enfrentado, ao mesmo tempo, o desafio de preservar suas características rurais e de acomodar as novas funções (peri) urbanas” (HUELZ e KRAEMER, 2003, p.196).

O espaço periurbano é conhecido pelos geógrafos anglo-saxões como franja rural-urbana. Pryor *apud* Araujo (1995) classifica a franja rural-urbana como a zona de transição de usos do solo e de características demográficas que se situa entre a zona urbana e suburbana e a hinterlândia rural. É uma zona residual, de transição em uso do solo com específicas características sócio-demográficas.

Souza (2007) afirma que quanto maior a cidade, em geral, mais complexo tende a ser o espaço periurbano. E que nele se encontram misturadas duas lógicas distintas de uso da terra: a rural e a urbana.

“A “lógica” rural é a da terra enquanto terra de trabalho para a agricultura e a pecuária; o solo, aqui, tem valor não apenas devido à localização do terreno, mas, também, um valor intrínseco, devido às diferenças de fertilidade natural. Já a “lógica” urbana é a do solo enquanto um simples suporte para atividades que

independem de seus atributos de fertilidade: produção industrial, atividades terciárias, habitação e circulação” (SOUZA, 2007, p.27).

Clément e Bryant (2003) estruturam o conceito de franja rural-urbana a partir do contexto de cidade regional. Onde, a cidade regional é composta de quatro zonas abrangentes: o núcleo urbano concentrado – onde o ambiente construído domina (inclusive os subúrbios), a franja rural-urbana, a sombra urbana e a hinterlândia rural. A franja rural-urbana pode ser vista como sendo composta por duas zonas distintas: a interna e a externa, elas se diferem na intensidade do processo de edificação e da transição da terra rural para o uso urbano.

“Essas diferentes zonas são influenciadas em vários graus pelo núcleo urbano e as forças que emanam dele, com a intensidade decrescente da influência do núcleo para hinterlândia rural [...] as zonas de franjas rural-urbanas se inserem claramente dentro da zona de influência urbana da cidade regional, o campo da cidade” (CLÉMENT e BRYANT, 2003, p.211).

Para entender a evolução do conceito de espaço periurbano e sua dinâmica é preciso entender os modelos de localização espacial de atividades agrícolas e sua relação com o abastecimento urbano, o principal deles, elaborado na primeira metade do século XIX, é o de Von Thünen.

O modelo criado por Von Thünen no século passado tem sido a base dos debates sobre a localização das atividades agrícolas, seja para corroborá-las ou refutá-las, ele demonstra que o padrão de distribuição espacial das atividades agropecuárias é determinado pela presença de um centro consumidor, a partir do qual as atividades agrárias estariam distribuídas em intensidades de uso da terra decrescentes. Tal espaço se organiza em torno da cidade a partir do consumo (a compra de excedentes agrícolas) e, na determinação dos preços, é fundamental o custo dos transportes, daí o peso do fator distância na distribuição das áreas de produção. A teoria é demonstrada através de seis anéis agrários em torno da cidade, o mais largo destinado à criação de gado em caráter extensivo para o consumo da cidade, outros com o predomínio de dois campos (pasto/cultura), produção de cereais com forragens e sistema de três campos. Na proposta de Von Thünen a franja rural-urbana se localiza no primeiro círculo do seu

modelo, no qual se pratica uma atividade agrícola intensiva como a horticultura e a pecuária leiteira, voltada para o mercado urbano.

Neste modelo, criado em condições espaciais homogêneas e considerando apenas o custo de transporte, que se mostrava diretamente proporcional à distância das áreas de produção até a cidade, as atividades mais intensivas e valorizadas ou cuja produção tivesse maior grau de perecibilidade, estariam localizadas mais próximas ao centro consumidor, enquanto que as menos intensivas estariam mais afastadas. O desenvolvimento tecnológico nas áreas de transporte e a preservação de alimentos mudam ou invalidam este modelo, mas ainda assim o padrão espacial de distribuição das atividades agrícolas postulado por Von Thünen pode ser encontrado em diversos trabalhos.

Com tendência contrária na distribuição espacial dos cultivos e das criações são os trabalhos de Juillard e Sinclair que indicam a presença de atividades extensivas e de baixa rentabilidade próximas aos centros urbanos, estando a periferia urbana à espera de sua provável conversão em áreas edificadas em função do crescimento das cidades, procedendo-se assim, uma especulação imobiliária e a incorporação de áreas através do processo de expansão do núcleo (BICALHO, 1992). Essa disputa de uso da terra se localiza numa faixa de transição, chamada entre os geógrafos anglo-saxões, de franja rural-urbana, e, entre os franceses, de espaço periurbano.

Lawrence (1988) aponta que nos trabalhos de Juillard, Munton, Clawson e Sinclair, o espaço periurbano sofre transformações na medida em que a especulação fundiária progressivamente é capaz de esterilizar o campo circundante em vez de desenvolvê-lo. A franja rural-urbana passa a fazer parte do processo de suburbanização, e através da taxação e códigos de obra, o valor da terra suburbana vai sendo afetado. Na teoria da esterilização da agricultura periurbana a especulação da terra é inevitável. Acredita-se a agricultura não contribui com importância para o valor potencial da terra suburbana, especialmente quando essa terra não vem sendo usada com finalidade agrícola.

A maioria dos trabalhos acadêmicos brasileiros relativos à franja rural-urbana, principalmente os das décadas de 1950 e 1960, associa de uma forma linear, o espaço periurbano à área de transição, de transformação do rural em urbano, de especulação fundiária, de expansão da cidade, de mercado livre de terras e às novas articulações em termos de produção e apropriação do espaço na cidade. Ou seja, apontam que o processo de periurbanização tem como resultado um espaço em crescimento urbano e

esterilização rural, e que com a valorização das terras emergem agentes com estratégias de produzir um espaço estritamente urbano.

2.2 – A dinâmica da agricultura no espaço periurbano

A partir de 1980 alguns estudos (LAWRENCE, 1988; BRYANT E FIELDING, 1980; BRYANT *et alii*, 1982) começam apontar certa heterogeneidade nos espaços periurbanos. A dinâmica da agricultura deixa de ser tratada de uma forma simplista e o desaparecimento das atividades agrícolas, que nem sempre ocorre, começa a ser questionado. Segundo Bryant apud Lawrence (1988), a dinâmica da agricultura quando entendida de uma forma mais ampla, torna-se parte integrante da combinação de forças do próprio contexto agrário regional e de forças urbanas que se manifestam de diferentes maneiras. As formas de inserção da produção agrícola, desenvolvida em áreas de influência ou domínio urbano, sugerem que existam diferentes ambientes agrícolas em processo de transformação. Os trabalhos preocupam-se em colocar a agricultura periurbana como resultado de forças positivas ou negativas resultante da influência da cidade, e das condições da própria agricultura.

Bryant apud Lawrence (1988) propôs um modelo onde é possível encontrar três diferentes ambientes agrícolas em áreas com intenso processo de urbanização: de degeneração agrícola, onde as forças urbanas suplantam as demais e a agricultura declina; de adaptação agrícola, marcado por incertezas e grande variação na atuação das forças urbanas e não-urbanas; de desenvolvimento agrícola, onde existem condições para a realização da prática agrícola, em função da existência do próprio mercado urbano regional.

Portanto, a dinâmica da agricultura em espaços periurbanos resulta de forças urbanas, representadas pela demanda da terra, trabalho e oportunidade de mercado; forças não-urbanas, provenientes de mudanças tecnológicas, competição inter-regional e decisões políticas; e por forças do próprio contexto agrário, oriundas da estrutura agrária e do sistema produtivo, que atuam num contexto regional de forma consonante ou dissonante (BRYANT *apud* BICALHO, 1992).

Para Bryant e Johnston (1992) a presença de forças urbanas como parte integrante da dinâmica da agricultura atua sobre as áreas agrícolas de duas maneiras distintas e contraditórias. Ao mesmo tempo em que a presença próxima da cidade demanda uma competição pelo trabalho e pelo uso da terra entre o rural e o urbano,

desencadeando um processo de valorização da terra em áreas de transição, passam a demandar por produtos de grande consumo urbano, com alto valor comercial e que poderão ser cultivados nestas mesmas áreas. São encontrados principalmente os cultivos de ciclos curtos, com alto rendimento por área e mais flexíveis às pequenas unidades de exploração. Assim, “o processo de interação rural-urbana pode prover certas oportunidades para o desenvolvimento agrícola” (BRYANT, 1980, p. 277).

A horticultura, por exemplo, desempenha um papel importante em áreas agrícolas urbanas e periurbanas. Mesmo que a melhoria das estradas, transportes e armazenagens tenham criado a possibilidade de se cultivar produtos agrícolas perecíveis em áreas localizadas mais distantes do mercado consumidor metropolitano, tais produtos ainda continuam sendo cultivados nas áreas intra-urbanas ou periurbanas.

Lawrence (1988) justifica a presença da horticultura nessas áreas pelas características próprias do cultivo de hortaliças, que ocupam áreas relativamente pequenas, mas conseguem produzir quantidades elevadas. Segundo o autor, a horticultura por ocupar áreas pequenas se torna mais rentável, além de apresentar menor susceptibilidade com problemas associados com a fragmentação dos terrenos e com a menor expansão. No seu trabalho ele elabora uma análise das mudanças nas vendas de 15 países, nela concluiu que certos tipos de produção agrícola declinaram ou desapareceram do mercado agrícola metropolitano, enquanto outros se mantiveram, e apenas a horticultura tem mantido uma grande diferença na intensidade da produção metropolitana ou não-metropolitana. A produção de hortaliças aparece nos dois mercados (“*in and inner*”) e em outras partes da franja urbana. Bicalho (1992) também afirma que a horticultura é a atividade que mais tem resistido às pressões urbanas. “Sua adequação ao ambiente periurbano é devido à alta rentabilidade e produção contínua, possibilitando uma geração de renda no decorrer de todo o ano, indispensável ao pequeno produtor” (BICALHO, 1992, p.310).

Becker (1966) no seu estudo sobre o mercado carioca e seu sistema de abastecimento, constata que em torno do Rio de Janeiro existe uma organização das áreas rurais em faixas especializadas que contribuem com a maior parcela dos gêneros que a metrópole necessita. Assim, “em virtude da valorização alcançada pelos gêneros em mercados concentrados como os centros urbanos, as áreas rurais próximas integram-se a eles, especializando-se em determinados produtos que variam segundo a distância e a disponibilidade de transportes, conforme idealizara Von Thünen” (BECKER, 1966, p.134).

Clément e Bryant (2003) apontam que a interface rural-urbana também possibilita o surgimento de novas atividades agrícolas, culturas e criatórios e a intensificação de sistemas agrícolas. Além de uma produção altamente intensiva de culturas perecíveis para o mercado urbano próximo que gera alto rendimento por área, os agricultores se engajam em pluriatividades. A pluriatividade, segundo Bicalho (2003), envolve a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, e também atividades não agrícolas tipicamente urbanas e atividades não agrícolas que são do próprio meio rural, como o turismo rural, o artesanato e serviços de conservação e preservação do patrimônio natural, podendo ser atividades novas ou tradicionais, mas atividades do rural. Essa interação do produtor e sua família com atividades agrícolas e não agrícolas, internas e externas à produção rural, decorrente da natureza do ambiente simultaneamente rural e urbano oferece oportunidades em setores econômicos diferenciados. (BICALHO, 1996, 2003).

Pesquisas sobre a dinâmica do espaço periurbano começam a sublinhar a complexidade do problema e realçam a diversidade da situação, especialmente com respeito a forças que afetam agricultura, aos ambientes naturais em áreas de franja rural-urbana, a forma e dinâmica de expansão urbana e a capitalização rural do produtor dessas áreas e suas complexas tendências (pequenos e médios produtores altamente produtivos, de origem urbana ou não; sitiantes veranistas e grandes proprietários urbanos especuladores com restrita ou sem exploração). A interação entre as forças do contexto rural e urbano passa também a ser detectada através do produtor rural, que se torna um dos responsáveis pelo desencadeamento das mudanças agrícolas. A tomada de decisão do agricultor e a estratégia de gerenciamento da sua exploração agrícola dependem da atuação das forças externas à agricultura. (BICALHO, 1992). O produtor rural também passa a ser considerado agente da gestão e transformação desse espaço, que antes era interpretado por um único grupo de agentes – loteadores, construtores, agentes financeiros e corretores de venda.

O espaço periurbano interpretado como um mosaico com usos do solo conflitantes e complementares, a partir dos anos 1990, passa a ser analisado também pela economia política, que põe em evidência o papel dos atores locais, incluindo o produtor rural e sua influência no desenvolvimento de uma agricultura inovadora (BRYANT, 1997; CLÉMENT E BRYANT, 2003; CLÉMENT, 2004).

Alguns trabalhos começam a entender o desenvolvimento local como um conceito útil para explorar o desenvolvimento da agricultura nos espaços periurbanos. O

desenvolvimento local passa a ser considerado, segundo Glon *apud* Clément e Bryant (2003), como um jogo de iniciativas e ações coerentes, baseado na mobilização de atores locais que concordam em contribuir com suas especialidades e práticas no beneficiamento do seu território. É um processo dinâmico que permite a emergência de uma rede de atores e parceiros essenciais para qualquer medida a ser tomada no território. Ou seja, o estabelecimento de um coerente projeto de agricultura com apoio comunitário representa oportunidades ao desenvolvimento local, na medida em que ajuda alguns agricultores a desenvolverem seus mercados, promove a manutenção de atividades agrícolas na franja rural-urbana e estimula a produção local e o consumo de produtos locais.

A interação rural-urbana, em suas diferentes intensidades, multifunções e pluriatividades, define no campo “sistemas rurais altamente complexos com dinâmicas sociais multi-direcionais e politômicas, tendo em vista a diversidade de atores e o confronto de interesses muitas vezes opostos” (BICALHO, 2003, p.516). Assim, torna-se importante o reconhecimento de que nas áreas de interações rural-urbanas, por constituírem um ambiente de grade instabilidade com contínuas e rápidas mudanças, ocorre uma intensa e complexa dinâmica social, econômica e política, resultado da diversidade de atores e processos.

III – Nova Iguaçu: da Citricultura a “Era dos Loteamentos”

3.1) Nova Iguaçu: Pólo da Citricultura no RJ

No final do século XIX a cidade de Nova Iguaçu/RJ, com características rurais e uma estrutura social baseada na agricultura, introduzia na sua economia a produção da laranja. Em 1930 o novo produto agrícola florescia e se destacava, caracterizando Nova Iguaçu como a “Cidade Perfume”, já que os laranjais em flor perfumavam ao longo da linha férrea. A citricultura revolucionou a estrutura social de Nova Iguaçu, mas manteve as características rurais do município.

Soares (1960) afirma que a existência de condições naturais propícias, como o clima quente e úmido, terrenos férteis em colinas, morros e mesmo planícies livres do encharcamento, aliadas a presença da ferrovia e sua estação, possibilitando o escoamento da produção, e de um incentivo oficial tanto à produção quanto às exportações, fizeram como que, aos poucos, a laranja fosse substituindo as culturas tradicionais, já em franca decadência. Outro fator logístico que merece destaque é a proximidade com os principais mercados consumidores (Rio de Janeiro e São Paulo).

Os locais utilizados para o plantio da laranja em Iguaçu foram os mesmos utilizados para o café, pois quando este entrou em decadência, as fazendas o substituíram por outras de subsistência, como o feijão, a mandioca e o milho, ou foram abandonadas (RODRIGUES, 2006). Assim, são fatores de ordem geográfica, infra-estrutural, natural e política que fizeram de Nova Iguaçu local do desenvolvimento da citricultura. Na primeira fase os laranjais localizaram-se nas zonas dos morros, nos contrafortes e até mesmo nas encostas da Serra de Madureira, com a valorização do produto, o plantio alastrou-se pelas baixas colinas e planícies que já se encontravam drenadas (SOARES, 1960).

O cultivo da laranja exige freqüentes tratos culturais e um acompanhamento constante da plantação, ou seja, de uma grande quantidade de mão-de-obra. Simões (2007) aponta que a abolição da escravatura havia esvaziado as fazendas da região e deixado os latifundiários locais sem pessoal disponível para realizar qualquer tipo de trabalho agrícola, ao mesmo tempo, estes se encontravam descapitalizados e, conseqüentemente, sem condições de arcar com os custos de uma força de trabalho assalariada. A solução foi a fragmentação das grandes áreas em chácaras que facilitava a

venda ou arrendamento para pequenos produtores, igualmente descapitalizados, mas que contavam com a mão-de-obra familiar.

“A consolidação da citricultura abriu caminho para dois processos simultâneos e articulados: a intensa fragmentação da terra, com o surgimento de um grande número de propriedades, e o crescimento da população rural. Embora este processo tenha se iniciado ainda no final do século XIX, o marco desta fragmentação foi a morte do Comendador Soares (representante da antiga classe dominante e latifundiária) em 1916, ano também que o município acrescenta o “Nova” ao seu nome” (SIMÕES, 2007, p.121).

Os latifundiários de Nova Iguaçu, a partir do processo acelerado de fragmentação da terra, vendiam ou arrendavam suas terras. E os capitais oriundos do Rio de Janeiro investiam “quer financiando a constituição de laranjais para obtenção de fruta para exportação, quer pela compra de grandes áreas para a fragmentação e venda, sob a forma de chácaras já plantadas com laranjais, quer pela aquisição e plantio de imensas propriedades com laranjais” (SOARES, 1960, p.80).



Figura 1 - Laranjal – Nova Iguaçu

Fonte: Arquivo do Jornal Correio da Lavoura

A região da Baixada Fluminense passava nesse momento por profundas transformações ocasionadas pelo intenso processo de ocupação de suas terras para fins de moradia urbana, apontada por Abreu (1987), como uma verdadeira “febre loteadora”.

Mas o município de Nova Iguaçu foi relativamente poupado desse processo, uma vez que a citricultura gerava lucros com a intensa exportação da fruta.

“A pressão exercida pela expansão da metrópole carioca sobre as terras ocupadas pela citricultura sempre foram intensas, porém o que retardou o processo de incorporação das terras próximas à sede do município foi a elevada renda da terra obtida com a produção e exportação da laranja neste período, se comparada a possível renda a ser auferida com a venda de lotes urbanos” (SIMÕES, 2007, p.130).

O crescimento populacional foi intenso no distrito sede, onde a maioria da população vivia em chácaras espalhadas pela área rural contígua a estação de Nova Iguaçu. O núcleo urbano crescendo começa também assumir outras funções, como a de beneficiamento e transporte da laranja através da ferrovia até o porto do Rio de Janeiro onde eram exportadas. Assim, foram construídas nesse núcleo as *packing-houses*, um misto de barracões de beneficiamento e depósito do fruto. As primeiras datam do início do século XX e se localizavam próximos à estação nos dois lados da linha férrea. No auge do ciclo citrícola o número de *packing-houses* era considerável, “em 1932, eram quatorze e, em 1940, vinte instalações deste tipo estavam registradas” (SOARES, 1960, p.86).

Santos (2006) também afirma que, o plantio da laranja em escala comercial exigiu uma infra-estrutura própria que ia desde a fabricação de caixas e o transporte até o tratamento e acondicionamento do produto, gerando diversos empregos especializados na região. No auge da produção citrícola, Nova Iguaçu produziu aproximadamente 1,5 milhão de caixas de laranjas, com uma parcela significativa destinada ao mercado interno. Posteriormente, parte expressiva da produção chegou a ser exportada para países como Inglaterra, Argentina, Holanda, França, Bélgica, Alemanha, Suíça, Chile, Noruega, Finlândia e Suécia. “A “terra dos laranjais” também processava em suas *packing houses* (galpões com máquinas que faziam a seleção, tratamento e embalagem dos frutos) a produção cítrica que provinha de Campo Grande, Santa Cruz e Bangu (Cidade do Rio de Janeiro)” (SOUZA *apud* SANTOS, 2006, p.132).



Figura 2 - Rua Floresta Miranda – Nova Iguaçu (1940)

Fonte: Arquivo do Jornal Correio da Lavoura

No núcleo urbano também se concentravam as atividades econômicas voltadas para o atendimento da população rural que vivia no seu entorno. Soares (1960) diz que na pequena cidade se vinha aprovisionar em gêneros, fazer compras, cumprir seus deveres religiosos, educar os seus filhos e divertir-se. Os prédios do núcleo eram essencialmente comerciais e havia no máximo mais um andar destinado ao proprietário e sua família. A autora também revela que até o fim do ciclo da laranja, a cidade de Nova Iguaçu nada mais era que duas longas ruas, uma de cada lado da estrada de ferro, e nelas se alinhavam residências e estabelecimentos comerciais, sendo que estes, assim como a praça, o cinema, a prefeitura e a matriz se situavam nas proximidades da estação.

O distrito sede que também abrangia Belford Roxo e Mesquita (emancipados de Nova Iguaçu em 1993 e 1999, respectivamente) contava, segundo Soares (1960), em 1932 com 83% das laranjeiras do município e dentro do distrito, a área vizinha à cidade contava com metade do total de número de pés. Num raio de quatro quilômetros se concentrava a grande maioria das chácaras e da população, que podia ir a pé ou em charretes até o centro. Os laranjais chegavam até o centro da cidade.

Mesmo os que moravam mais afastados não estavam a mais de 10 quilômetros do centro. A construção de uma vasta rede de estradas vicinais ligava as chácaras até os barracões próximos à estação, possibilitando o transporte da laranja e também o deslocamento diário dos moradores até o centro. Era mais econômico morar na chácara e ir ao centro, uma vez que quase não se construíam imóveis no centro para aluguel ou venda para fins residenciais, a não ser para elite local. Desse modo, embora tenha

havido um crescimento do núcleo urbano no período da citricultura, “Nova Iguaçu era um acanhado aglomerado urbano em meio aos laranjais” (SIMÕES, 2007, p.128).

Entre os anos de 1939 e 1940 com a eclosão da Segunda Guerra Mundial há uma interrupção das exportações, o que leva, segundo o estudo de Soares (1960), ao fim da laranja em Nova Iguaçu. Outros fatores, como a falta de armazéns frigoríficos que pudessem armazenar a produção, bem como o transporte rodoviário deficiente face à crise do combustível, contribuíram para que os frutos apodrecessem nos pés, originando a praga conhecida como mosca do mediterrâneo. De acordo com Soares apud Santos (2006) ao findar o conflito mundial, a situação da citricultura nacional era calamitosa, a produção reduzira-se de 50% e a qualidade da fruta estava muito prejudicada. Os pomares que haviam restado, mal tratados e prejudicados pelas pragas, apresentavam rendimento baixíssimo.

Mas, segundo Simões (2007), o golpe final ao cultivo da laranja em larga escala é dado ao final da Segunda Guerra Mundial quando se proíbe a exportação do fruto com a intenção de se evitar o desabastecimento do mercado interno. Com essa medida os preços começam a cair e a renda auferida com o cultivo começa a declinar, pois os preços praticados no mercado interno são inferiores ao que se conseguia no exterior.

A crise afetou todos os setores da economia do município, desde os pequenos comerciantes até a indústria de beneficiamento do produto. Assim, a partir desse momento, Soares (1960) afirma que, a cidade passou a buscar novos elementos para se reerguer, assumindo novas funções e buscando valorizar novos elementos.

“O primeiro desses elementos seria a situação à margem da principal estrada que ligava a capital ao interior, a linha tronco da Central do Brasil. Essa importante ferrovia, em 1938, fora eletrificada até Nova Iguaçu e, em 1943, prolongara-se esse melhoramento de Nova Iguaçu a Japeri. Foi, pois, no limiar da grande crise que a revalorização de um antigo elemento de sua posição veio favorecer a cidade, ampliando as suas possibilidades de sobrevivência” (SOARES *apud* SANTOS, 2006, p.133).

O processo de ocupação urbana da Região Metropolitana Fluminense encontra-se estreitamente relacionado à expansão do município do Rio de Janeiro, já que este

último constitui-se no ponto de partida para expansão da região. Segundo Abreu (1987) a cidade do Rio de Janeiro se expandiria em direção a pequenas localidades criadas nas proximidades de outros pequenos portos situados na orla da Baía de Guanabara e nas margens de rios afluentes, a partir dos quais também partiriam alguns dos primeiros caminhos de penetração para o interior. Em seguida, seria a vez dos caminhos por terra de promoverem o assentamento de localidades que mais tarde seriam atingidas, em meados do século XIX, pelos transportes de massa - os bondes e os trens, que tiveram papel de importância no crescimento espacial da cidade, pois facilitaram a expansão da cidade em direção aos bairros e, posteriormente, outros municípios ao seu entorno, por exemplo, Nova Iguaçu.

Na segunda metade do século XX seria a vez da malha rodoviária de garantir a expansão da malha urbana da Região Metropolitana. A implantação de novos eixos de acesso ao Rio de Janeiro – Avenida Brasil, Rodovia Washington Luís, presente no município de Duque de Caxias (vizinho de Nova Iguaçu), e Rodovia Presidente Dutra, que corta uma parte do município Nova Iguaçu em direção a São Paulo - intensificaram o processo de periurbanização.

Os laranjais vão desaparecendo da paisagem de Nova Iguaçu. “Em 1950 a planície em torno da sede do município já está totalmente loteada. Os que ainda residem se localizam onde não há condições de se criar loteamentos, como é o caso da encosta da Serra de Madureira e nas terras da Santa Casa ainda em litígio” (SOARES, 1960, p.78).

Assim, segundo os estudos analisados, o fim do ciclo da laranja marca o início de uma transição para o urbano a partir do fracionamento das terras de Nova Iguaçu, acompanhando o que já vinha ocorrendo nos municípios vizinhos. Entre as décadas de 1940 e 1960, como apontam Soares (1960) e Santos (2006), a laranja foi abandonada, abrindo caminho para a consolidação da ocupação urbana em praticamente toda área do distrito sede e dos demais distritos. E as estradas de ferro trouxeram para a Baixada Fluminense grande parte dos migrantes que chegavam ao Rio de Janeiro, e assim, o acelerado crescimento de aglomerados urbanos se intensifica na forma de inúmeros loteamentos.

3.2) Nova Iguaçu e a “Era dos Loteamentos”

O processo de periurbanização na Baixada Fluminense foi objeto de várias pesquisas entre as décadas de 1960 e 1980, as quais enfocaram, entre outras questões, o processo de autoconstrução, as relações entre os diversos agentes produtores do espaço periurbano, questões relativas à infra-estrutura, além da função do espaço no modelo metropolitano. Os trabalhos traçavam um modelo padrão da periurbanização, identificando no Brasil um modelo concentrador e excludente.

Os estudos de caráter eminentemente urbano afirmam que o avanço da cidade sobre as áreas rurais ocasiona uma esterilização do rural, ou seja, que as mudanças agrícolas na periferia urbana resultam somente num processo de conversão das áreas rurais em áreas urbanas. O espaço periurbano sofre transformações na medida em que a especulação fundiária progressivamente é capaz de esterilizar o campo circundante em vez de desenvolvê-lo. A franja rural-urbana passa a fazer parte do processo de suburbanização, e através da taxaço e códigos de obra, o valor da terra suburbana vai sendo afetado. Na teoria da esterilização da agricultura periurbana a especulação da terra é inevitável. Acredita-se que a agricultura não contribui com importância para o valor potencial da terra suburbana, especialmente quando essa terra não vem sendo usada com finalidade agrícola.

“A propriedade fundiária da periferia urbana, sobretudo aquela da grande cidade, constitui-se no alvo de atenção dos proprietários de terras. Isto se deve ao fato de estar ela diretamente submetida ao processo de transformação do espaço rural em urbano. As possibilidades dessa transformação são, entretanto, dependentes de um confronto entre as rendas a serem obtidas com a produção agrícola e com a venda de terras para fins urbanos. Mais cedo ou mais tarde, graças ao diferencial da renda, o uso agrícola da periferia é substituído por um urbano, passando, em muitos casos, por uma etapa de esterilização da terra. Há então um processo de valorização fundiária” (CORRÊA, 2005, p.17).

Outro ponto revelado nos trabalhos é que um grupo de agentes atua no espaço periurbano, e esse grupo é constituído pelos loteadores, construtores, agentes

financeiros e corretores de venda, cujas ações modelavam rapidamente e fortemente o uso do solo da cidade. O crescimento da periferia e seus atores são temas de diversos estudos que tem como objeto de estudo – os agentes modeladores do uso do solo urbano e a construção da periferia metropolitana. “No processo de estruturação do espaço metropolitano, as ações de determinados integrantes da sociedade orientam direta ou indiretamente o uso do solo e moldam a forma espacial da aglomeração urbana” (FURLANETTO *et alli*, 1987, p.27).

O município de Nova Iguaçu foi área de estudo em diversos trabalhos da Geografia Urbana entre as décadas 1960 e 1980. A pesquisa pioneira foi de Soares (1960), seu trabalho revelou que com a crise da citricultura, devido às dificuldades para exportação no contexto da Segunda Guerra Mundial, transforma a estrutura de Nova Iguaçu. Afirma que se tornou muito mais vantajoso aos proprietários em prejuízo, empreenderem o loteamento de seus terrenos, tendo em vista a grande demanda por moradias provocada pelo grande aporte de migrantes que chegavam ao Rio de Janeiro sem condições econômicas de permanecerem na cidade em crescente valorização imobiliária. Assim, o espaço periurbano era entendido como um espaço social e economicamente desvalorizado, carente de infra-estrutura e de uma coordenação da gestão dos bens públicos, ocupado por contingentes populacionais de baixa renda, que o usavam com a função de dormitório – apresentando uma estrutura social e espacial homogênea.

Simões (2007) aponta que o parcelamento da terra em Nova Iguaçu aumenta de intensidade a partir do final da década de 1940. Nesse período, o processo inicialmente se dá de forma individualizada e aleatória com a venda de partes, ou de toda chácara, em geral localizadas próximas à estação. Há também a construção de casas individuais ou de vilas, para alugar ou vender, nos terrenos em que os laranjais foram erradicados.

O crescimento da marcha urbana implica na ampliação sucessiva do perímetro urbano. Dessa forma, entre décadas de 1940 e 1970, o município de Nova Iguaçu foi intensamente retalhado em inúmeros loteamentos, que se fizeram pelas mãos de pequenos investidores de terras que se beneficiaram das dificuldades dos proprietários da atividade agrícola, do saneamento da Baixada e das melhorias do transporte, gerando o retalhamento das terras naquele período, apesar de diversas carências de infraestruturas urbanas básicas da maior parte dos loteamentos (SANTOS, 2006).

A prefeitura de Nova Iguaçu se torna, a partir de 1960, aliada ao processo de ocupação urbana, na medida em que reduz ao mínimo as exigências legais para criação

de loteamento. Assim, o parcelamento da terra aumenta de intensidade a partir do final dessa década (SOARES, 1962). Assim, pode-se afirmar que no passado a interferência e diligência governamental favoreceram os interesses urbanos.

Como foi visto a maioria dos trabalhos relativos à franja rural-urbana interpreta as situações decorrentes da expansão urbana a partir da conversão linear (rural → urbano). Ou seja, o espaço periurbano é reconhecido como uma área de transição, de transformação do rural em urbano, de especulação fundiária, de expansão da cidade, de mercado livre de terras e onde ocorrem as novas articulações em termos de produção e apropriação do espaço na cidade. É defendido que o espaço sofre as transformações na medida em que a especulação fundiária progressivamente é capaz de esterilizar o campo circundante em vez de desenvolvê-lo.

Questiona-se no presente estudo: 1) A expansão urbana de Nova Iguaçu foi capaz de converter toda área do município em uso urbano? 2) Por que e quando ocorre efetivamente a reconversão da maior parte das áreas rurais para uso urbano? 3) Qual foi o grau de intensidade da expansão urbana e das mudanças sócio-espaciais no espaço agrário do município? 4) Por que atualmente a agricultura ganha novos usos e emerge interesses no setor agrícola de Nova Iguaçu (retorno da Secretaria de Agricultura e criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural da Cidade de Nova Iguaçu)?

IV – A Dinâmica e as Novas Funcionalidades do Espaço Agrário de Nova Iguaçu/RJ

O presente capítulo busca, a partir do estudo da involução e do quadro atual do espaço agrário do município de Nova Iguaçu (RJ), responder questionamentos quanto ao grau de intensidade da expansão urbana na "era dos loteamentos" na área rural que foi convertida em um espaço periurbano. Como foi visto no capítulo anterior, até o início do processo de loteamento o município apresentava características rurais e uma estrutura social baseada na citricultura. A partir da eclosão da Segunda Guerra Mundial as exportações foram interrompidas, levando a produção da laranja a um forte declínio. Os estudos tiveram uma perspectiva de que houve o fim do ciclo da laranja e o início da atuação dos agentes modeladores do uso do solo urbano através do fracionamento das terras de Nova Iguaçu. Até que ponto houve um declínio tão rápido da atividade agrícola do município, de forma a levar a sua conversão de uso rural para uso urbano?

Para responder tais questões recorreu-se aos dados do Censo Agrícola de 1960 e os Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1995/1996 e 2006, criando assim os dados secundários da pesquisa. Os interlocutores que contribuíram para as respostas dos questionamentos do trabalho e forneceram dados primários da pesquisa foram: alguns produtores rurais da cidade, principalmente os líderes das associações, a Secretaria de Agricultura do Município e os líderes do Movimento Agricultura na Baixada (funcionários das Secretarias de Agricultura dos municípios da Baixada Fluminense, da EMATER/RJ e produtores rurais). Foram também importantes para pesquisa a análise do Plano Diretor – Lei nº 3.261 de 23/11/2001, que dá fim a secretaria de agricultura do município de Nova Iguaçu, e da Lei nº 3.660 de 15/07/2005, que cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural da Cidade de Nova Iguaçu e estabelece as atribuições da nova Secretaria de Agricultura.

4.1) A Dinâmica da Produção Agrícola de Nova Iguaçu: 1960 a 2006

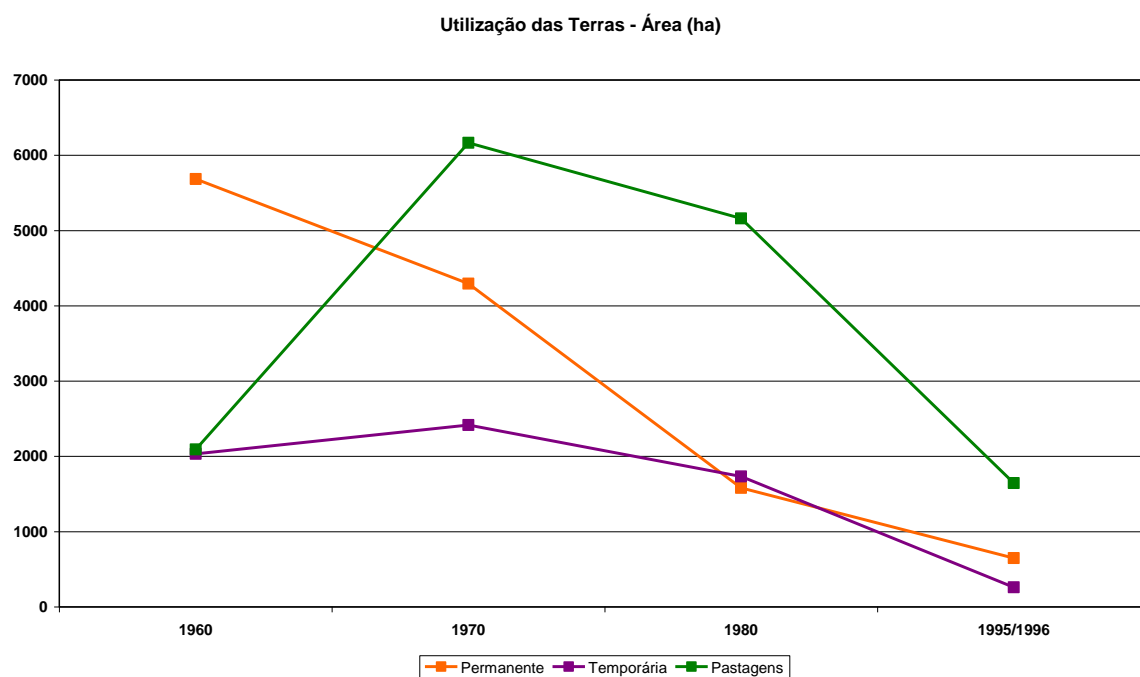
Os dados abaixo, apresentados em gráficos, corroboram para a teoria de que o crescimento das cidades e sua conseqüente expansão sobre áreas rurais não são capazes de converter toda área agrícola para uso urbano. Mas que as atividades urbanas exercem uma constante pressão em seu movimento de expansão, ao mesmo tempo em que

demandam determinados produtos para seu abastecimento, providos muitas vezes por essas mesmas áreas.

O gráfico 1 – utilização da terras – demonstra que a partir de 1960 as culturas permanentes entram em queda, representada principalmente pela cultura da laranja. Mas ao mesmo tempo ocorre um aumento na produção de culturas temporárias e um grande aumento das pastagens. A partir da década de 1970 tanto a lavoura temporária quanto os pastos entram em queda. A lavoura permanente entre 1960 e 1970 cairá de 5684 ha. para 4295 ha., e entre 1970 e 1980 passará ocupar 1580 ha. Com comportamento contrário, a lavoura temporária de 2033 ha. (1960) irá passar a ocupar 2416 ha. (1970) e os pastos aumentarão de 2091 ha. (1960) para 6164 ha. (1970). O aumento de pastos está muito associado à lógica da especulação imobiliária. As áreas de baixada são as primeiras a se converterem em usos urbanos, principalmente aquelas que se dedicam à pecuária bovina, que por ser uma atividade menos intensiva do que a lavoura, não consegue atingir os altos níveis de produtividade requeridos em áreas metropolitanas. Bicalho (1992), em seu trabalho sobre a dinâmica da agricultura na cidade do Rio de Janeiro, afirma que há uma participação cada vez maior das áreas de pastos na cidade, um quadro de caráter extensivo que retrata uma tendência geral na qual a propriedade rural aguarda sua conversão para o uso urbano. A conversão pode ocorrer de forma direta e imediata ou de forma indireta, sendo a forma direta a simples desativação da propriedade rural e sua transformação em espaços vazios de especulação imobiliária.

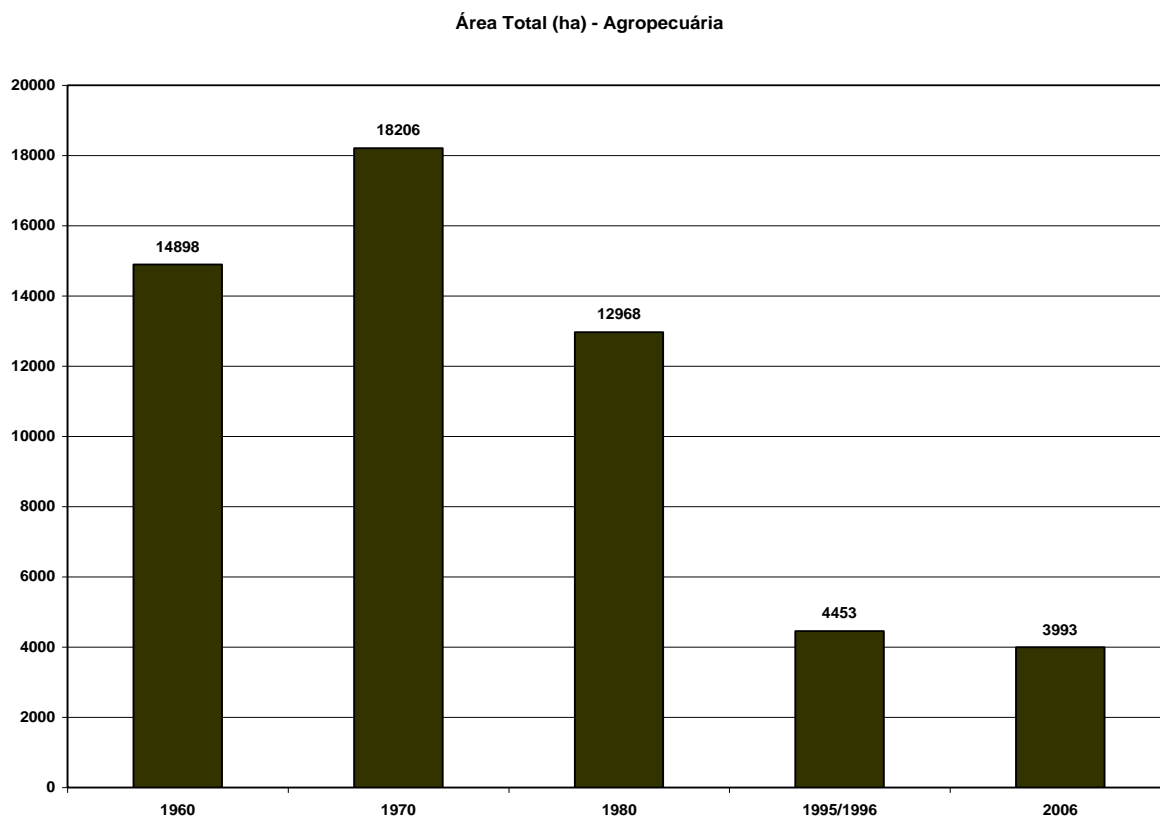
Quanto à área total da agropecuária (Gráfico 2) observa-se um aumento entre as décadas de 1960 e 1970 e posteriormente um quadro de queda. Em 1960, 14898 ha. da área total do município eram destinados à agropecuária, já em 1970, 18206 ha. Em 1980 essa área era de 12968 ha. e em 2006, aproximadamente 4000 ha. Comportamento parecido é o do número de estabelecimentos (Gráfico 3), que demonstra também um aumento entre 1960 e 1970 e queda posteriormente. No ano de 1960 o município de Nova Iguaçu possuía 1659 estabelecimentos agropecuários, em 1970, 1958 estabelecimentos, e em 2006, 423, havendo um pequeno aumento quando comparado ao ano de 1996, que apresentou 404 estabelecimentos. Tais dados demonstram que as atividades urbanas exercem uma constante pressão em seu movimento de expansão, com perdas de áreas rurais para uso urbano, mas ao mesmo tempo a agricultura resiste.

Gráfico 1



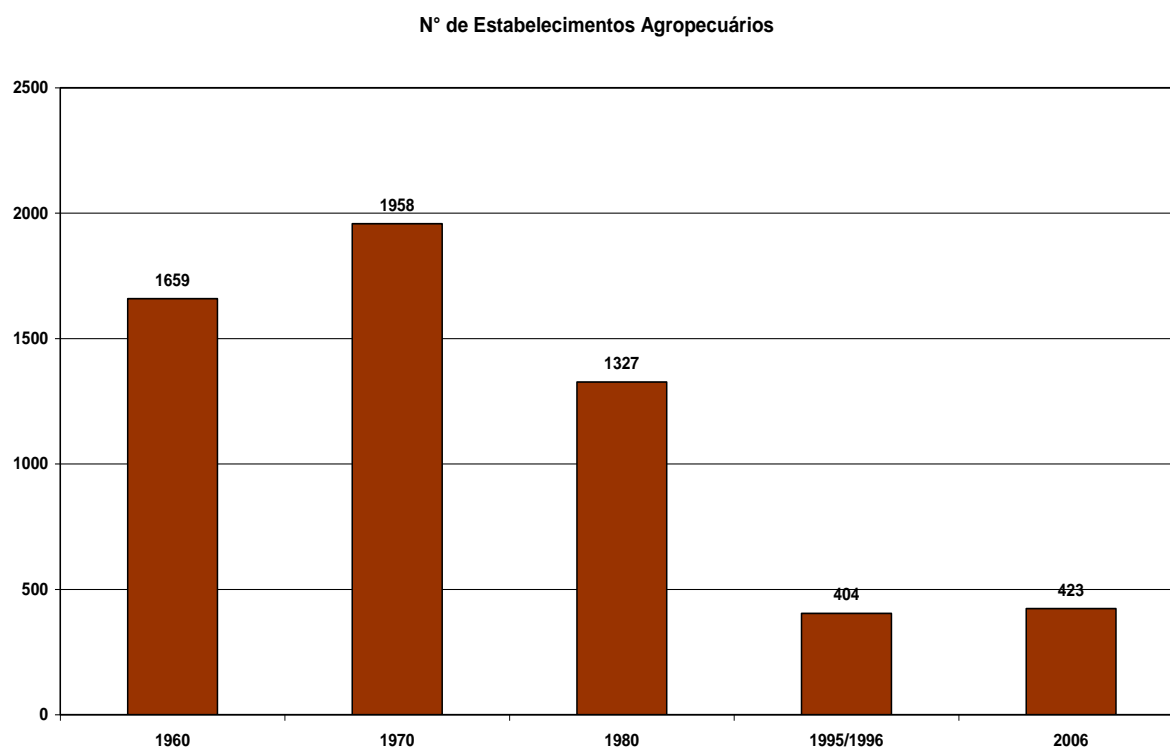
Fonte - Censo Agrícola (1960) e Agropecuário (1970,1980 e 1995/1996) / IBGE

Gráfico 2



Fonte - Censo Agrícola (1960) e Agropecuário (1970, 1980,1995/1996 e 2006) - IBGE

Gráfico 3

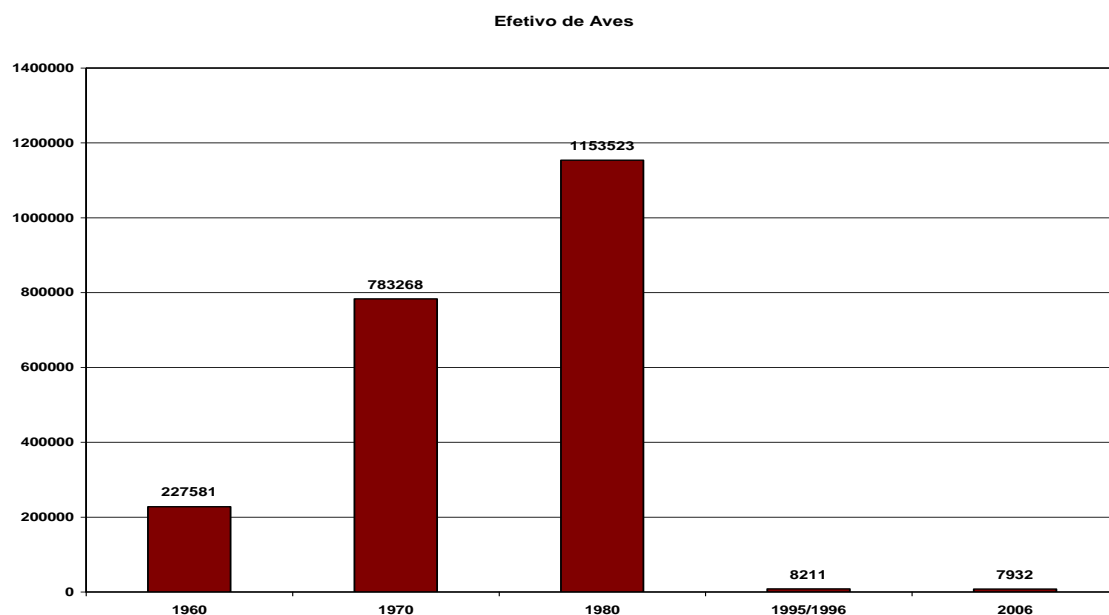


Fonte - Censo Agrícola (1960) e Agropecuário (1970, 1980, 1995/1996 e 2006) / IBGE

Os gráficos seguintes referem-se ao efetivo de animais do município, sendo analisados os efetivos bovino, aves e suíno. O gráfico 1 – utilização das terras – aponta a intensidade do crescimento de pastos após 1960, o que demonstra como a pecuária bovina está associada à posterior especulação imobiliária do terreno. Mas quando se analisa os gráficos de efetivos de aves e suíno nota-se o crescimento também dessas criações, o que diminui a intensidade na afirmação de que o crescimento da bovinocultura estaria na lógica de uma futura especulação de terras. Uma parte da pecuária estaria associada à interesses urbanos, mas outra aos interesses da produção rural, como observado no efetivo de aves e suínos. O efetivo de aves (Gráfico 4) apresenta um crescimento entre 1960 e 1970 muito considerável, 227.581 para 783.268 aves, aumentando ainda mais até 1980, ano que apresentou um efetivo de 1.153.523 aves. A partir de 80 o efetivo entra em queda, apresentando em 1996, 8211 e 7932 (2006). O efetivo bovino (Gráfico 5) entre as décadas de 1960 e 1970 quase duplica, passando de 8051 para 15669 cabeças. Em 1980 esse número se eleva para 18446. Só a partir de 1980 observa-se queda, 5540 (1996) e 4012 (2006). Com comportamento parecido aos efetivos anteriores, é o efetivo de suínos (Gráfico 6), que apresenta um aumento entre 1960 e 1970, chegando a apresentar em 1980, 8113 suínos. Já em queda a

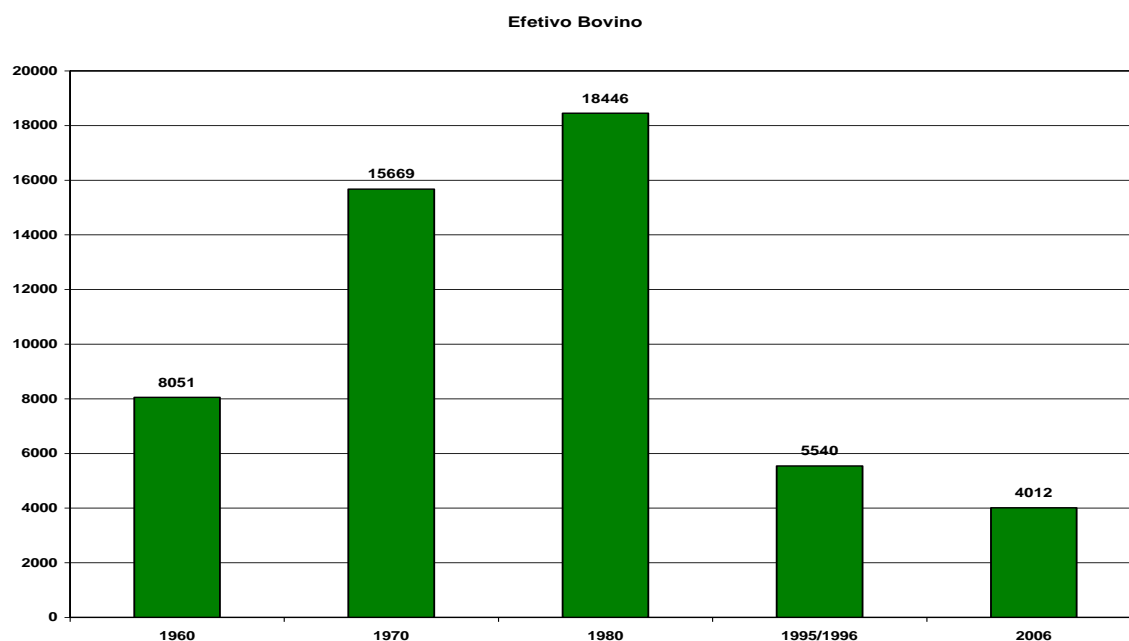
partir também de 1980, apresenta em 1996, 1445 suínos e um aumento em 2006, passando para 1740 animais. Um dos produtores rurais entrevistados na pesquisa é produtor de suínos em 42 ha. do seu sítio localizado em Tinguá, área rural do município. Toda produção é transformada em lingüiça (agroindústria rural), obtendo uma quantidade entre 120 e 140 kg/semana. Além da suinocultura, o produtor possui vacas leiteiras e aves poedeiras.

Gráfico 4



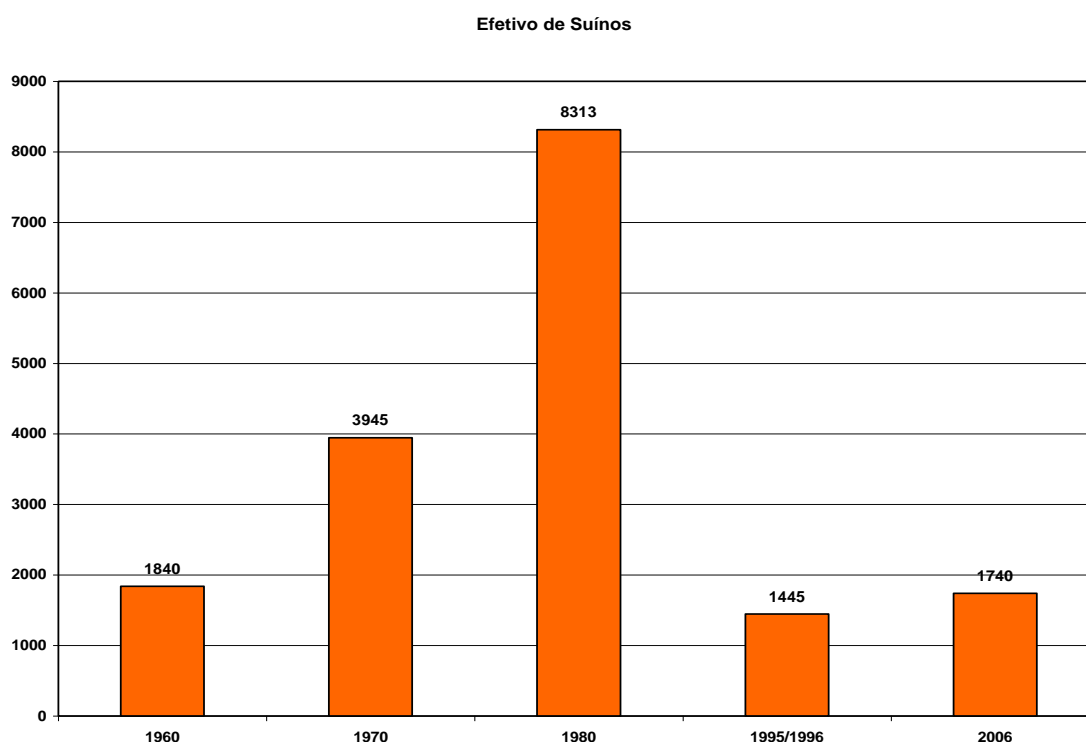
Fonte - Censo Agrícola (1960) e Agropecuário (1970, 1980, 1995/1996 e 2006) / IBGE

Gráfico 5



Fonte - Censo Agrícola (1960) e Agropecuário (1970, 1980, 1995/1996 e 2006) / IBGE

Gráfico 6



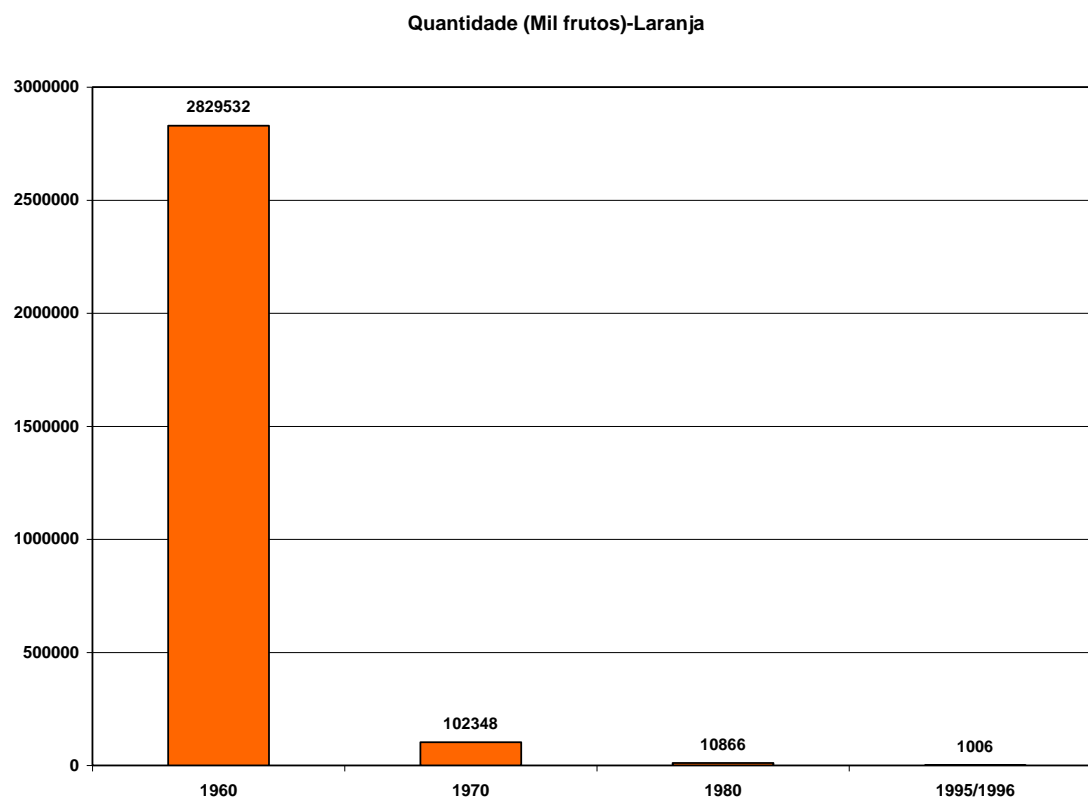
Fonte - Censo Agrícola (1960) e Agropecuário (1970, 1980, 1995/1996 e 2006) / IBGE

Os gráficos seguintes apresentam a variação da produção de dois produtos da lavoura permanente, a laranja e a banana, e dois produtos da lavoura temporária, a mandioca e a cana-de-açúcar. A laranja foi uma cultura muito importante para economia do município, e sua queda ocorre desde a eclosão da Segunda Guerra Mundial por motivos já discutidos. No gráfico 7 pode-se observar que entre as décadas de 60 e 70, a cultura apresenta uma grande queda, passando de 2.829.532.000 para 102.348.000 frutos. E 10.866.000 e 1.006.000 frutos, em 1980 e 1996, respectivamente.

A banana (Gráfico 8) apresentou um comportamento parecido com a cultura da laranja, em 1960 a produção foi de 2.956.5111 cachos, já em 1970 1.683.371, com uma queda menos intensa como observado na citricultura. Em 1980 a produção foi de 337.000 e em 1996, 193.000 cachos. A banana foi uma cultura que substituiu a lavoura da laranja a partir de 1940, como aponta Simões (2007). Mas como foi visto nos gráficos a partir de 1960 também entra em queda assim como a laranja.

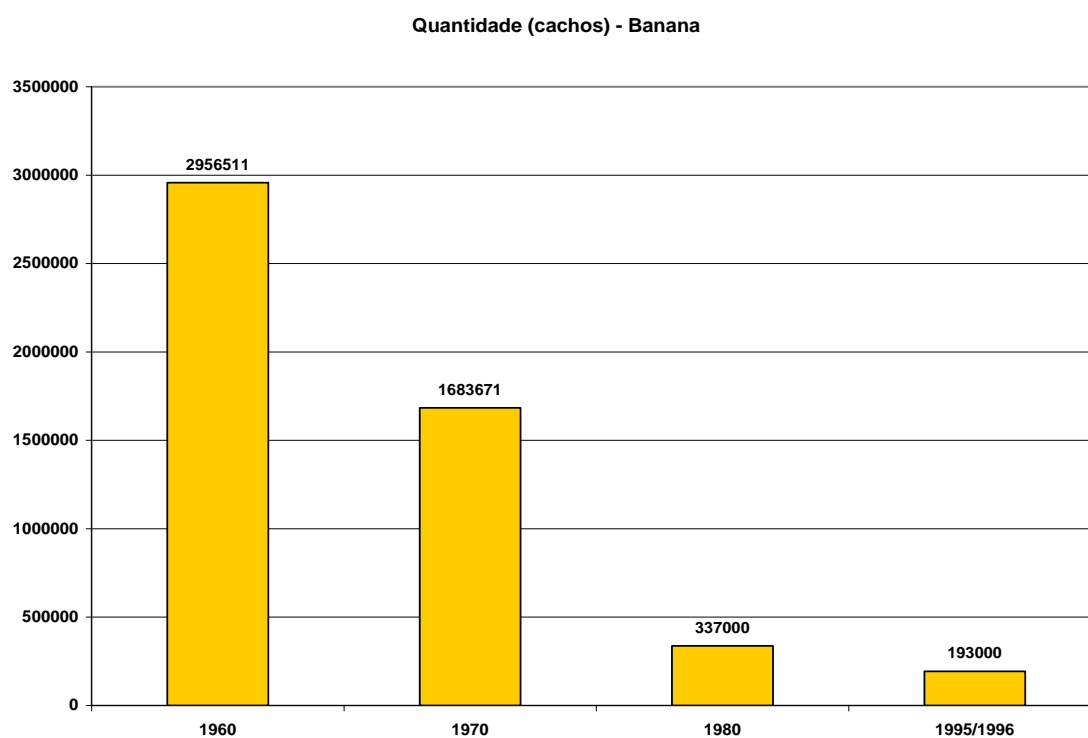
As outras duas culturas analisadas, a mandioca e a cana-de-açúcar, apresentam um comportamento totalmente diferente das culturas permanentes entre as décadas de 1960 e 1970.

Gráfico 7



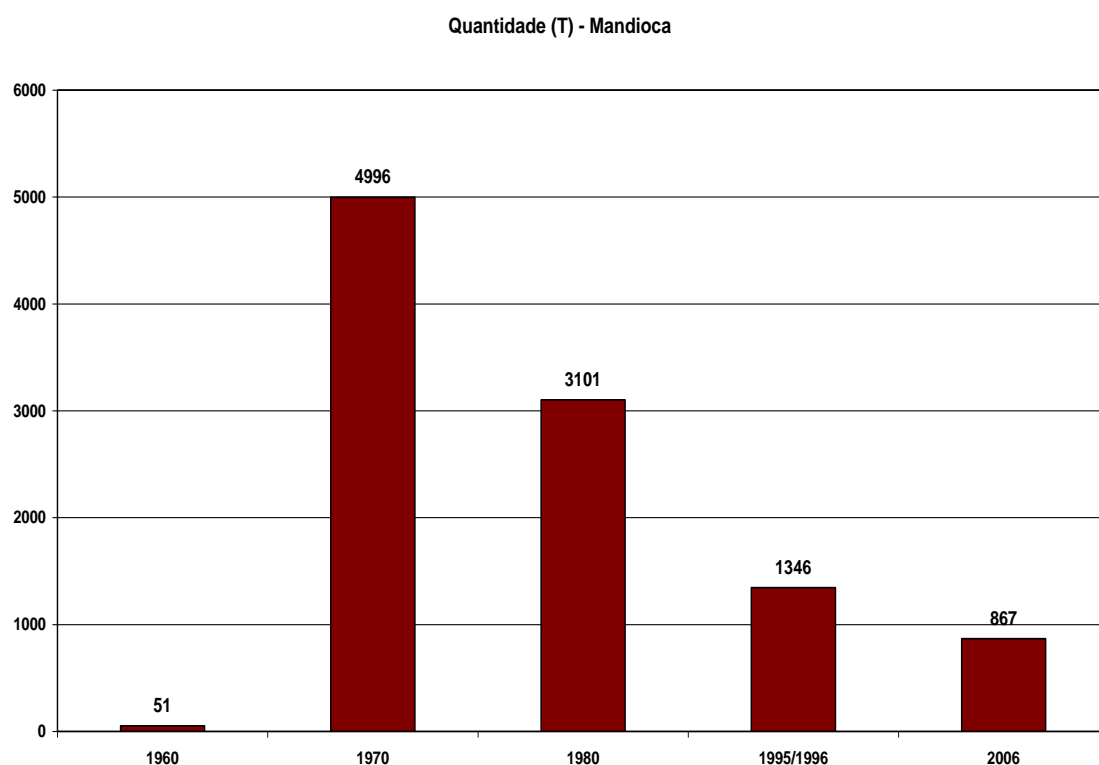
Fonte - Censo Agrícola (1960) e Agropecuário (1970,1980 e 1995/1996) / IBGE

Gráfico 8



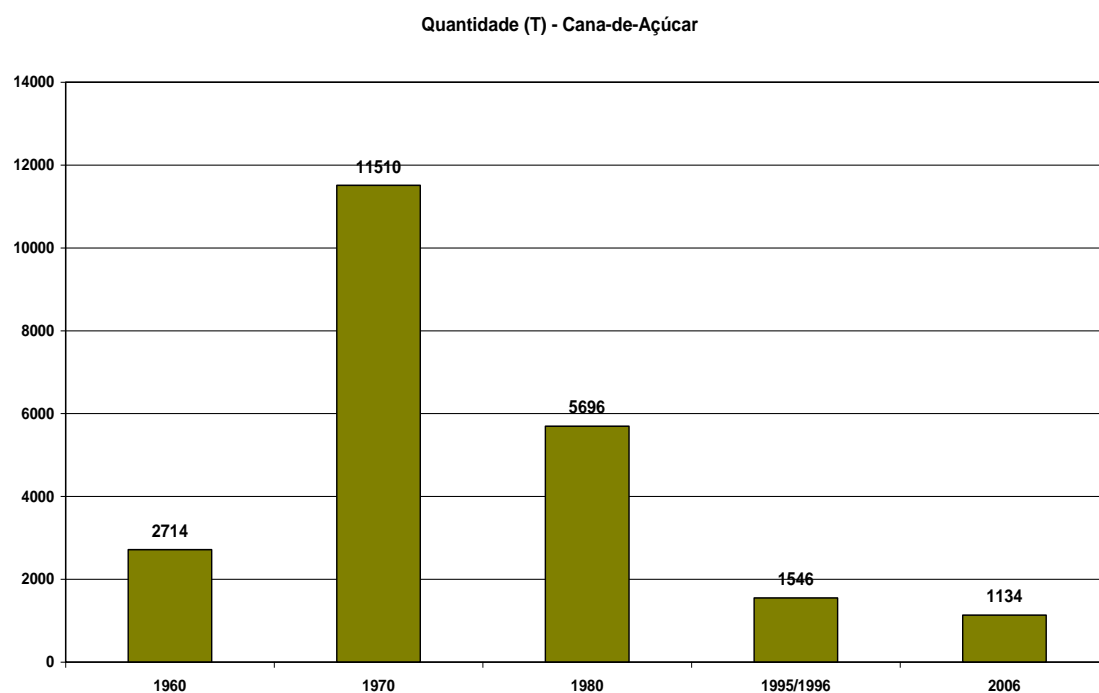
Fonte - Censo Agrícola (1960) e Agropecuário (1970,1980 e 1995/1996) / IBGE.

Gráfico 9



Fonte - Censo Agrícola (1960) e Agropecuário (1970, 1980, 1995/1996 e 2006) / IBGE.

Gráfico 10



Fonte - Censo Agrícola (1960) e Agropecuário (1970, 1980, 1995/1996 e 2006) / IBGE.

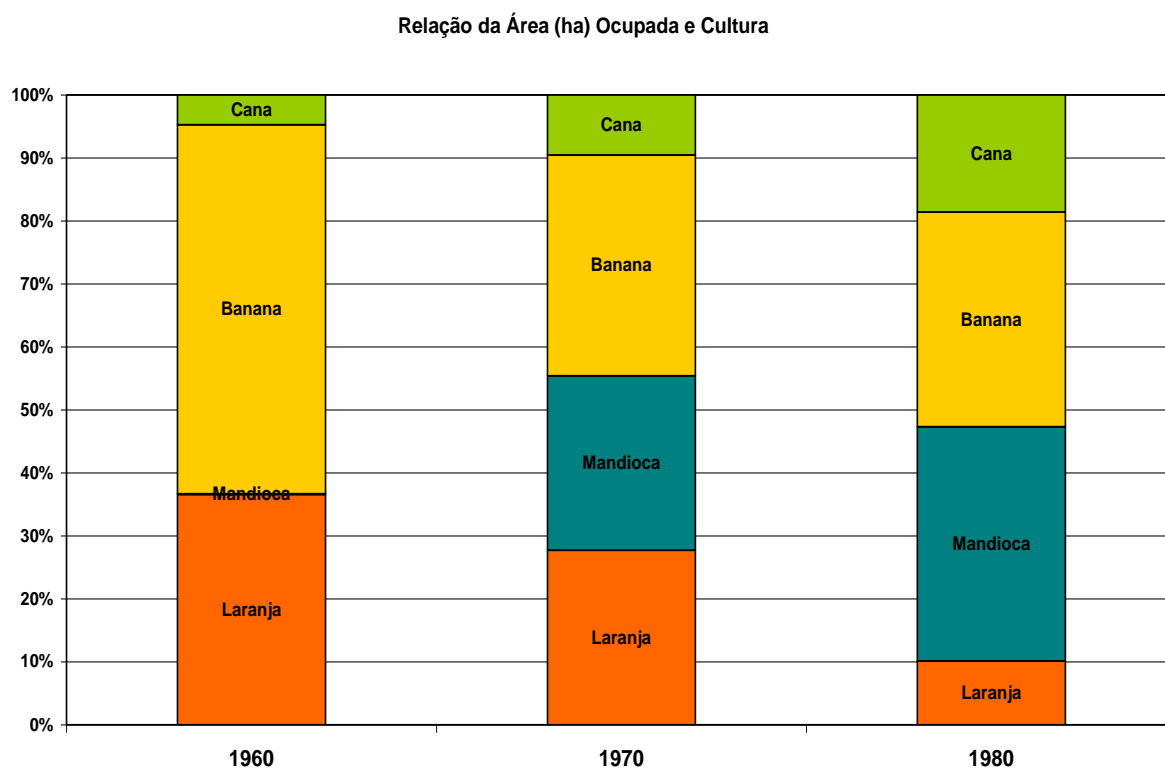
A cultura da mandioca (Gráfico 9) e a cana-de-açúcar (Gráfico 10), culturas temporárias, apresentaram aumento da produção entre as décadas de 1960 e 1970. A produção de mandioca aumenta, passando de 51 toneladas para aproximadamente 5000 toneladas. E em 1980, 3101 toneladas. Hoje a produção é de 867 toneladas. A maioria dos produtores entrevistados produz mandioca em suas áreas, e, atualmente, o produto é vendido pelos produtores *in natura* ou processado (massa, farinha, bolos).

A mandioca, uma cultura tradicional no Brasil, apresenta importância significativa na produção agrícola da Região Metropolitana/RJ. A preferência da cultura está na facilidade da produção, pois apresenta problemas apenas nas temperaturas inferiores a 16 graus, produz melhor em solos sílico-argilosos, permeáveis e soltos, podendo ser cultivados em solos pobres, sem exigir adubos. É uma das culturas que apresenta aumento de produção na Região Metropolitana/RJ, em 1996 a produção foi de 10.448 t., já em 2006 chegou a 17.881 t. (Censo Agropecuário – IBGE).

O gráfico 10 apresenta a lavoura temporária de cana-de-açúcar que também teve aumento da sua produção entre 1960 e 1970. No ano de 1960 apresentava uma produção de 2.714 toneladas, já em 1970 sua produção passava de 11.500 toneladas. A partir de 80 entra em queda, chegando perder o dobro da produção, 5.696 toneladas. Apresenta uma produção de 1.546 toneladas (1996) e 1.134 toneladas (2006). A cana também é um produto cultivado pela maioria dos produtores entrevistados, sendo hoje comercializada nas barracas de feiras populares ou lanchonetes locais e da cidade do Rio de Janeiro, que produzem o caldo do produto.

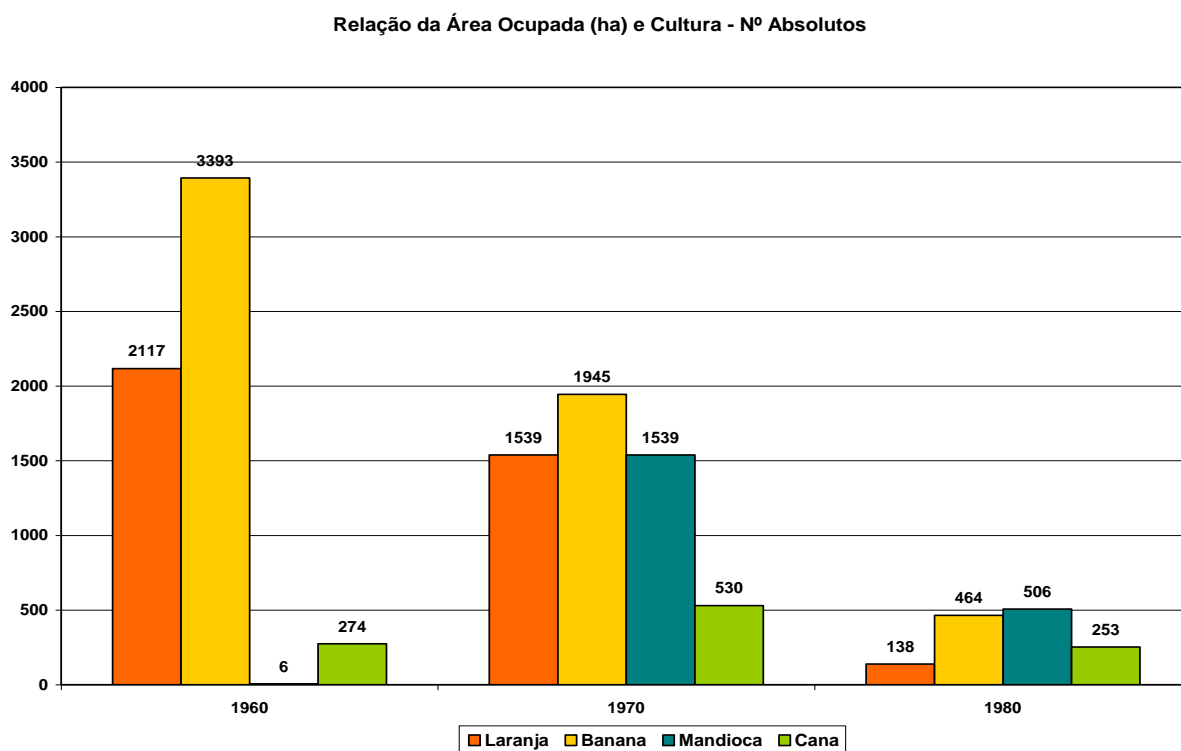
Os dois últimos gráficos (Gráfico 11 e 12) apresentam a relação da área ocupada e a lavoura cultivada nos anos de 1960, 1970 e 1980, um é apresentado em números relativos e o segundo em números absolutos. Esses gráficos permitem uma melhor visualização para o comportamento dessas quatro culturas – laranja, banana, mandioca e cana - neles observa-se uma tendência à substituição de culturas, processo comum quando uma lavoura entra em declínio, outra a substitui. Assim, uma considerável queda da produção não necessariamente implica em uma eliminação total de atividades, como se acreditava com o “fim” da laranja a partir de 1940. Esse processo dinâmico de contínua mudança espacial produz uma diversidade de situações contrárias à conversão linear.

Gráfico 11



Fonte - Censo Agrícola (1960) e Agropecuário (1970 e 1980) / IBGE

Gráfico 12



Fonte - Censo Agrícola (1960) e Agropecuário (1970 e 1980) / IBGE.

4.2 – As Novas Funções da Agricultura em Nova Iguaçu – RJ

O declínio da atividade agrícola no município de Nova Iguaçu ocorreu principalmente a partir de 1980, quando a conversão de uso rural para uso urbano foi mais intensa, havendo aumento de loteamentos fora do núcleo central da cidade, nas áreas rurais periféricas. Toda essa expansão urbana foi favorecida por interesses urbanos do próprio governo municipal, fato já apontado por Soares (1960) quando diz que a prefeitura de Nova Iguaçu se torna a partir de 1960, aliada ao processo de ocupação urbana, na medida em que reduz ao mínimo as exigências legais para criação de loteamento.

Durante todos esses anos, a atividade agrícola vem sofrendo pela sua manutenção diante da interferência e diligência governamental, que favoreceram os interesses urbanos. Na década atual a falta de apoio se mostrou através das mudanças do Plano Diretor – Lei nº 3.261 de 23/11/2001, que estabeleceu o fim da Secretaria Municipal de Agricultura e definiu parâmetros exclusivamente urbanos de uso e ocupação do solo. O Plano Diretor acaba não adotando um verdadeiro modelo e planejamento e gestão territorial e ambiental, em consonância com os processos e dinâmicas sociais, econômicas e espaciais do município.

O surgimento, nos últimos anos, de um movimento do próprio governo municipal junto com as associações de produtores rurais para o fortalecimento da atividade agrícola no município lança determinados questionamentos e justifica o interesse do trabalho em entender a dinâmica atual do espaço agrário em Nova Iguaçu. Por que emergiu um movimento em defesa do espaço rural num município que desde meados do século XX passa por um processo intenso de urbanização?

A lei nº 3.660 de 15/07/2005 é apontada como um grande marco para os líderes governamentais do movimento e alguns produtores rurais, já que na lei o município reconhece novamente a atividade rural de Nova Iguaçu, negligenciada nas décadas anteriores. E cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural da Cidade de Nova Iguaçu, que se caracteriza por um órgão bipartite, paritário e composto por representantes governamentais, indicados pelas secretarias, e representantes não governamentais, estes vinculados a sociedade civil indicados pelo Fórum Municipal de Desenvolvimento. A participação conjunta tanto do governo quanto dos produtores rurais contribui para o desenvolvimento local que, segundo Glon *apud* Clément e Bryant

(2003), é caracterizado como um jogo de iniciativas e ações coerentes, baseado na mobilização de atores locais que concordam em contribuir com suas especialidades e práticas no beneficiamento do seu território.

Em 2008 é recriada a nova Secretaria de Agricultura. O órgão do governo municipal assume que o setor agrícola de Nova Iguaçu passa por dificuldades, uma vez que existe a falta de orientação técnica no campo, de fiscalização dos órgãos públicos nas áreas rurais, de manutenção das vias de acesso para escoamento da produção e outros problemas. Assim, o órgão assume criar políticas públicas que: aumentem a produção; estimulem a criação de postos para comercialização dos produtos agrícolas e o comércio direto produtor-consumidor; estabeleçam parcerias com a EMATER e fomentem o crédito agrícola através dos programas governamentais de crédito agrícola – PRONAF e PROSPERAR.

Outra função da nova Secretaria de Agricultura é a redefinição das áreas rurais para criação de um Plano Diretor revisado. É objetivo do Plano Diretor, estimular os usos e atividades econômicas, garantindo a convivência das atividades de agricultura, comércio, e indústria com o uso residencial, torna-se então necessário que se redefinam as áreas rurais de Nova Iguaçu, eliminadas no último Plano. As áreas rurais estabelecidas pela Secretaria de Agricultura são: Jaceruba, Rio D'Ouro, Tinguá, Adrianópolis, São Bernardino, Campo Alegre e Marapicu. (Figura 1).

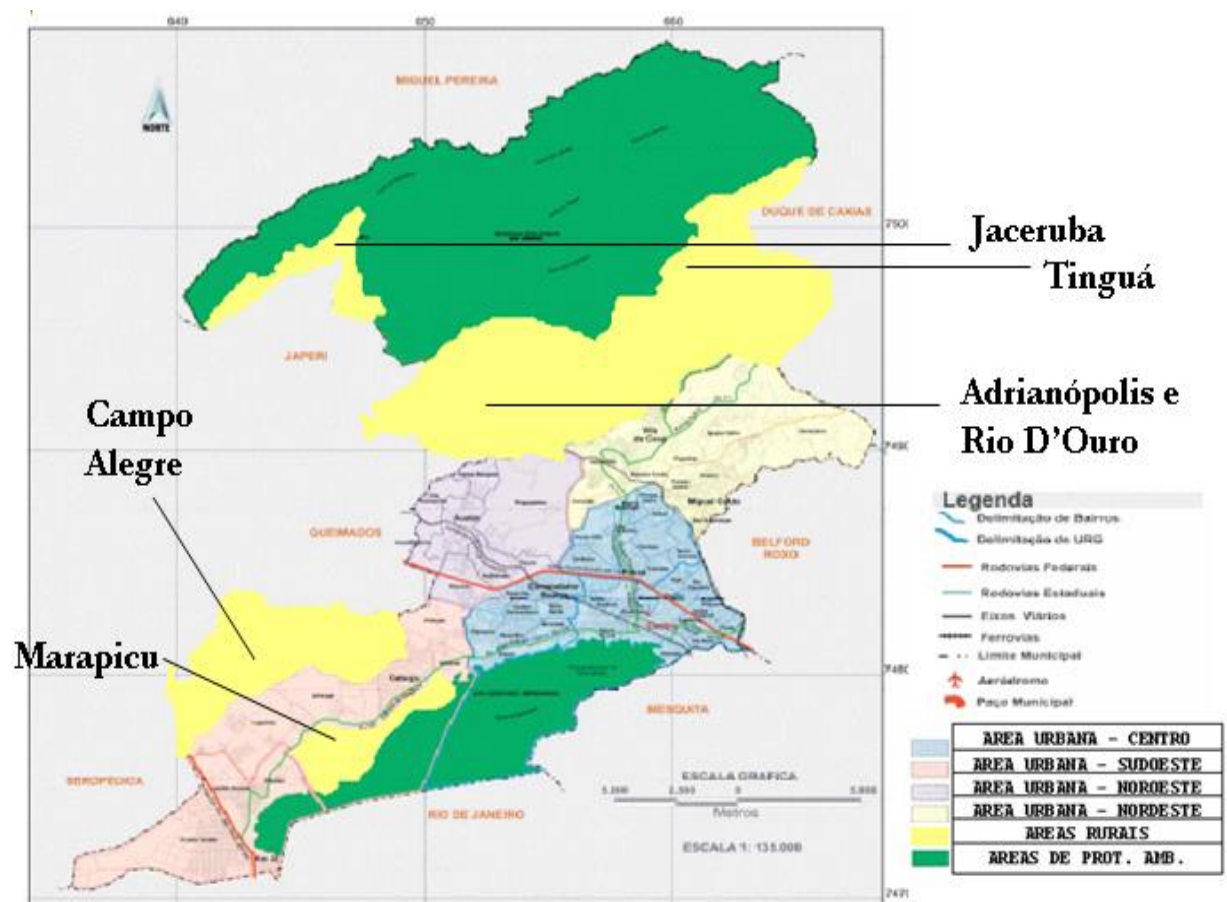
Um aspecto importante nessa redefinição das áreas rurais é a proximidade dos espaços agrícolas com as áreas de proteção ambiental (Reserva Ecológica do Tinguá e APA Gericinó-Mendanha) – entre a cidade e as encostas. Assim, a agricultura teria a função de amortecer (cinturão) a expansão urbana sobre essas áreas de proteção, considerando o interesse pelo ambiente natural nos enclaves rurais à manutenção de áreas verdes. Bicalho *et alli* (1998) apontam que as áreas rurais ganham a função de bem estar com a melhoria da qualidade de vida do ambiente urbano densamente construído. A preocupação com o ambiente natural na franja rural-urbana é semelhante, já nas áreas de localização mais afastadas (sombra urbana), sobressaem questões de preservação e conservação da natureza (reservas florestais, proteção de mananciais de água e reservas associadas a atividades de lazer).

Além de a agricultura desempenhar a função de amortecimento do crescimento urbano sobre as áreas de proteção ambiental, ela também é considerada uma atividade com essa função nas bordas das estradas e rodovias. A implementação do Arco Metropolitano do RJ, atualmente em construção, desencadeará determinadas mudanças

espaciais no município de Nova Iguaçu, uma vez que a rodovia irá cortar algumas áreas rurais. Mas, mesmo com a perda de áreas para outro uso (viário), a atividade agrícola poderá se beneficiar, já que existe um plano de incentivar produções agrícolas nas bordas da rodovia, estabelecendo assim novas funções para agricultura – uma atividade amortecedora da expansão urbana.

Figura 3

Nova Iguaçu (RJ) e Áreas Rurais



Fonte: Adaptado do Plano Diretor - Prefeitura de Nova Iguaçu.

Considerações finais

O presente estudo se apóia na questão de que os processos contemporâneos atuam tanto no urbano quanto no rural, e aproximam e intensificam as inter-relações setoriais, que conseqüentemente se transformam em relações integrativas e reconfiguram uma nova organização social e política. Assim, tornou-se importante o reconhecimento de que nas áreas de interações rural-urbanas, ocorre uma intensa e complexa dinâmica, resultado da diversidade de atores e processos.

Como visto no decorrer dos dois últimos capítulos, no passado, a interferência e diligência governamental favoreceram os interesses urbanos, contribuindo para a intensidade da expansão urbana, que conseqüentemente implicou na ampliação sucessiva do perímetro urbano e na perda de uma parte da área rural. Dessa forma, nas últimas décadas, parte do município de Nova Iguaçu foi intensamente retalhado em inúmeros loteamentos por investidores de terras que se beneficiaram das dificuldades dos proprietários da atividade agrícola, das obras de saneamento da Baixada Fluminense e das melhorias de transporte, apesar de diversas carências de infraestruturas urbanas básicas apresentadas na maior parte dos loteamentos.

Mas, o tempo de reconversão da maior parte das áreas foi longo, mantendo-se produções agrícolas expressivas até 1980, como visto no comportamento do efetivo de animais e da lavoura temporária de mandioca e cana-de-açúcar. Tendo ocorrido uma substituição de culturas, uma vez que as temporárias substituíram as culturas permanentes mais importantes da economia agrícola do município (laranja e banana). Assim, pode-se afirmar que o com processo de substituição de culturas agrícolas não houve uma eliminação total de atividades.

A agricultura em Nova Iguaçu tenta resistir à expansão urbana, tornando-se parte de um processo dinâmico de contínua mudança sócio-espacial, produzindo uma diversidade de situações contrárias à conversão linear. Observa-se que a dinâmica do espaço periurbano é resultado de uma situação de permanente conflito de interesses e disputas de áreas por usos urbanos e rurais, típicos das áreas agrícolas da periferia metropolitana, originando um espaço com características, limitações e tendências específicas.

Atualmente essa resistência não ocorre somente pelo processo de substituição de culturas agrícolas, mas com o surgimento de novos usos da agricultura na dinâmica espacial do município, e interesses de grupos políticos locais e de produtores rurais pelo

fortalecimento da atividade agrícola em Nova Iguaçu. A dinâmica da agricultura nesse espaço periurbano atua tanto através de interesses sociais, onde se pretende garantir produção para pequenos agricultores familiares e permitir a fixação deste produtor no local de produção, quanto através da sua nova função, de proteção e amortecimento da expansão urbana nas áreas de proteção ambiental. O espaço agrário em Nova Iguaçu, atualmente, participa do planejamento espacial do município com funções sócio-espaciais e ambientais específicas.

O conhecimento do comportamento das áreas de interações rural-urbanas possui um curto prazo, uma vez que se constituem de ambientes com grande instabilidade e passíveis a mudanças rápidas. Essas áreas, como mostrado durante o trabalho, apresentam intensa dinâmica social, econômica, política e espacial. Assim, foi importante a construção de uma perspectiva holística, que abrangesse as dimensões ambiental, político-administrativa, social e econômica, e que não negligenciasse a complexidade do tema de pesquisa, mas que evitasse uma abordagem dicotômica e interpretações lineares, unidimensionais e conflitantes.

Bibliografia

ABREU, M. de A. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

ARAÚJO SILVA, E. C. Produção da Paisagem na Periferia Rural-Urbana de Niterói: O Caso da Área em torno da Estrada Velha de Márica. 1995. 217 f. Dissertação – PPGG, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

BECKER, B. K. O mercado carioca e seu sistema de abastecimento. Revista Brasileira de Geografia, 2 (XXVIII), abril-junho, IBGE, Rio de Janeiro, 1966.

BICALHO, A. M. de S. M. Agricultura e meio ambiente no município do Rio de Janeiro. In: ABREU, M. de A. (Org.) Sociedade e natureza no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1992, p. 285-316.

BICALHO, A. M. de S. M. Sustentabilidade na interface Rural-Urbana – Questões Centrais à Pesquisa. Revista da Pós Graduação em Geografia. Rio de Janeiro, UFRJ/PPGG, Semestral, Vol. 2, 1998, p.106-119.

BICALHO, A. M de S. M. Os desafios à sustentabilidade rural e a prática geográfica. In: BICALHO, A. M. de S. M. e HOEFLE, S. W. (Org.) A Dimensão Regional e os Desafios à Sustentabilidade Rural. Rio de Janeiro. Brasil: Laget-UFRJ/CSRS-UGI, 2003, p. 509-534.

BRYANT, C.R. e FIELDING, J.A. Agricultural Change and Farmland Rental in an Urbanising Environment: Waterloo Region, Southern Ontario. Cahiers de Géographie du Québec. Vol. 24, nº 62, 1980, p. 277-298.

BRYANT, C.R., RUSSWURM, L.H. e McLELLAN, A.G. The City's Countryside. Londres: Longman, 1982.

BRYANT, C.R e JOHNSTON, T.R. Agriculture in the City's Countryside. Toronto: University of Toronto Press, 1992.

BRYANT, C.R. L' agriculture périurbaine: l' économie politique d'un espace innovateur. Cahiers Agricultures .Vol. 6, 1997, p. 125-130.

BRYANT, C. e CLÉMENT, C. Horticultura de franja urbana em Ottawa, Canadá. In: BICALHO, A. M. de S. M. e HOEFLE, S. W. (Org.) A Dimensão Regional e os Desafios à Sustentabilidade Rural. Rio de Janeiro. Brasil: Laget-UFRJ/CSRS-UGI, 2003, p. 210-224.

CLÉMENT, C. L' espace périurbain de Gatineau face à son devenir horticole: quelques préoccupations pour um développement durable. 2004. 132 f. Dissertação – Faculté des arts et des sciences, Université de Montreal, 2004.

CORRÊA, R. L. O espaço urbano. Rio de Janeiro: Ática, 2005.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de (Org.) Explorações Geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 279- 318.

FERREIRA, D. A. de O. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. São Paulo: Terra Livre, nº16, 2001, p.39-70.

FIBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recenseamento Geral do Brasil 1960: Censo Agrícola. Rio de Janeiro.

FIBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recenseamento Geral do Brasil 1970: Censo Agropecuário. Rio de Janeiro.

FIBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recenseamento Geral do Brasil 1980: Censo Agropecuário. Rio de Janeiro.

FIBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recenseamento Geral do Brasil 1995-96: Censo Agropecuário. Rio de Janeiro.

FIBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recenseamento Geral do Brasil 2006: Censo Agropecuário. Rio de Janeiro.

FURLANETTO, D. A.; Cruz, J. M.; ALMEIDA, R. S. de Promoção Imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, 49 (2), 1987, p.27-56.

GOODMAN, D.; SORJ, B. e WILKINSON, J. A Apropriação Industrial do Processo de Produção Rural. In: GOODMAN, D.; SORJ, B. e WILKINSON, J. Das Lavouras à Biotecnologias. São Paulo: Campus, 1987, p.5-43.

GOODMAN, D.; SORJ, B. e WILKINSON, J. A Substituição Industrial do Produto Rural. In: GOODMAN, D.; SORJ, B. e WILKINSON, J. Das Lavouras à Biotecnologias. São Paulo: Campus, 1987, p.51-87.

HUELZ, M. e KRAEMER, C. Desafios periurbanos no desenvolvimento espacial sustentável em Munique, Alemanha. In: BICALHO, A. M. de S. M. e HOEFLE, S. W. (Org.) A Dimensão Regional e os Desafios à Sustentabilidade Rural. Rio de Janeiro - Brasil: Laget-UFRJ/CSRS-UGI, 2003, p. 196-209.

LAWRENCE, H. W. Changes in Agricultural Production in Metropolitan Areas. *Professional Geographer* v. 40 (2), 1988, p. 159-175.

PREFEITURA DE NOVA DE IGUAÇU. Plano Diretor Municipal – Lei nº. 3.261. Nova Iguaçu, 2001.

PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU. Atos do Prefeito – Lei nº. 3.660. Nova Iguaçu, 2005.

RODRIGUES, A. O. De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo. 2006. Dissertação (Mestrado em planejamento urbano e regional) – Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, R. O. dos. Discutindo as periferias metropolitanas: um enfoque na heterogeneização sócio-espacial do município de Nova Iguaçu. 2006. 235f. Dissertação – PPGG, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SIMÕES, M. R. A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: Entorno, 2007.

SOARES, M. T. de S. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. 1960. Tese (Livre Docência) – Faculdade Nacional de Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1960.

SOUZA, M. L. de. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

STEINBERG, J. La Périurbanisation em Europe. Bulletin de l'Association des Géographes Français. Vol. 1, 2001, p. 49-50.

WAIBEL, L. O sistema da Geografia Agrária In: WAIBEL, L. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. Rio de Janeiro: SUPREN, 1979, p.29-35.

ANEXOS

ATOS DO PREFEITO

LEI Nº 3.660 DE 15 DE JULHO DE 2005.

“Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural da Cidade de Nova Iguaçu- CMDR na forma que indica e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art.1º-Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural da Cidade de Nova Iguaçu-CMDR, com atuação no âmbito da cidade de Nova Iguaçu, órgão colegiado que poderá integrar-se ao Sistema de Conselhos para Desenvolvimento Rural sustentável, nos níveis Estadual e Federal.

Art. 2º - São atribuições do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural :

I - Deliberar sobre a aprovação e execução do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável- PMDRS;

II - Coordenar, articular e propor a adequação de políticas estaduais e federais à realidade do Município de Nova Iguaçu;

III - Aprovar e compatibilizar a programação física financeira anual, a nível municipal dos programas que integram o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável- PMDRS, acompanhar seu desempenho e apreciar os relatórios de execução;

IV - Promover estudos e estabelecer indicadores gerenciais para a avaliação de programas que integram o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS;

V- Propor ações, programas e atividades no âmbito da Unidade Administrativa competente, ou articulados com outras unidades administrativas do município, em proveito do desenvolvimento do meio rural;

VI- Terá representação em Conselhos, Comissões ou Grupos de trabalho voltados para a efetivação de políticas públicas ou programas que venham beneficiar o setor rural e seus moradores;

VII – Promover avaliações sobre as interações e impactos do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS no desenvolvimento municipal e propor se necessárias mudanças no seu direcionamento;

VIII- Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento de ações ou programas no âmbito do município em proveito da família rural;

IX- Elaborar, aprovar e modificar o seu Regimento Interno;

X- Exercer outras atribuições que lhe forem outorgadas.

Art. 3º - O CMDR é um órgão bipartite, paritário e composto por 08 (oito) membros titulares e igual número de suplentes constituídos de representantes governamentais que serão indicados pelas respectivas secretarias e representantes não governamentais, estes vinculados a sociedade civil indicados pelo Fórum Municipal de Desenvolvimento.

I-Representantes Governamentais:

- a) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- c) Um representante da Secretaria Municipal de agricultura e Meio Ambiente;
- d) Um representante da Secretaria Municipal de Ação Social e prevenção da violência;
- e) Um representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- f) Um representante da Secretaria Municipal de transporte;
- g) Um representante da EMATER-RIO;

II- Representantes Não Governamentais:

- a) 02(dois) representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais ;
- b) 02(dois) representantes da Pastoral da Terra;
- c) 01 (um) representante Mato grosso;
- d) 01(um) representante de Marapicu;
- e) 01(um) representante do Acampamento;
- f) 01(um) representante do Capoeirão;
- g) 01(um) representante de Vila de Cava;
- h) 01(um) representante de Jaceruba;
- i) 02(dois) representantes de São Bernardino;
- j) 02(dois) representantes da Cooperativa;

§Único- As representações do Conselho participarão sobre a forma de rodízio a cada 12 meses, sendo que a composição da bancada inicial será decidida entre cada segmento (Secretarias e Fórum) conforme estabelecido no Art.3º.

Art.4º- A direção executiva do CMDR será exercida por Presidentes, Vice-Presidente e Secretario Executivo eleitos pelo colegiado na primeira reunião ordinária do Conselho após posse.

§ 1º- A direção executiva do CMDR terá exercido por um ano, podendo ser reconduzido por igual período;

§2º- Ao Presidente do CMDR compete:

I - Convocar e presidir as reuniões do plenário cabendo-lhe além do voto pessoal, o de qualidade;

II- Submeter à votação as matérias a serem decididas pelo plenário;

III- Assinar as deliberações do conselho e atos relativos ao seu cumprimento;

IV- Delegar competências.

§3º- Ao Vice-Presidente do CMDR compete substituir o Presidente nas suas funções, em caso de ausência ou impedimento deste.

§4º- São atribuições do Secretário Executivo do CMDR:

I - Confeccionar as atas das reuniões do Conselho;

II- Implementar as deliberações do Conselho;

III-Acompanhar as ações disponibilizadas pelos Programas que integram o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

IV- Preparar a pauta das reuniões e assessorar a presidência do Conselho;

V- Emitir pareceres técnicos conclusivos quando couber sobre matérias constantes da pauta, recomendando a sua aprovação ou rejeição;

VI- Prestar os esclarecimentos solicitados pelos conselheiros;

VII- Presidir os trabalhos das reuniões dos conselheiros na falta do Presidente e o Vice-Presidente.

Art. 5º- Após indicação dos representantes o Chefe do Poder Executivo fará as nomeações e instalará o Conselho através da Portaria Municipal.

Art. 6º- O exercício de representante do CMDR será considerado atividade relevante e não receberá qualquer tipo de remuneração, pagamento, vantagens ou benefícios, salvo o ressarcimento das despesas com transporte, alimentação e hospedagem em caso de participação em reuniões, representado o CMDR por convocação fiscal, respeitando uma tabela com valores aprovados pela maioria absoluta do coletivo do conselho.

Art. 7º- O mandato dos membros do CMDR será de 02(dois) anos cujo representante poderá ser admitido a recondução no período subsequente, ficando a cargo de cada órgão ou entidade fazer a indicação do membro que o representa .

Art.8º- O plenário do CMDR reunir-se-á, ordinariamente 01(Uma) vez por mês, através de calendário fixado anualmente e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocações do Presidente, ou a requerimento de, pelo menos 1/3(um terço) de seus membros.

§ 1º - As reuniões do CMDR acontecerão sempre em sessões públicas, sendo iniciadas quando alcançado o quorum mínimo de 50%(cinquenta por cento) mais 1 (um) de seus membros.

§2º- O Plenário deliberará por maioria simples dos membros presentes, sobre todos os materiais da sua competência.

§3º- As reuniões ordinárias serão realizadas na cidade de Nova Iguaçu para deliberar sobre assuntos de sua competência.

I - Definir o planejamento interno das ações de sua competência;

II- Apreciar e avaliar as ações desenvolvidas no município pelos programas reunificando-as se necessário;

III- Definir parâmetros e confirmar propostas de ações que integram o PMDRS, articulados com as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar;

IV- Apreciação e avaliação dos impactos e dos resultados das políticas adotadas;

Art. 9º- As reuniões do CMDR observarão a seguinte ordem dos trabalhos:

I- Leitura, discussão e votação da ata de reunião anterior;

II - Leitura das comunicações e do expediente;

III- Discussão e deliberação sobre os pontos da origem;

IV- Assuntos Gerais;

V- Encerramento.

Art. 10 - Os conselheiros do CMDR que contabilizem 03(três) faltas consecutivas no ano, sem justificativas, ou até 06(seis) faltas alternadas, serão declarados desligados de sua condição e o cargo considerado vago.

Parágrafo Único- Na ausência do Conselheiro Titular ou no caso de vacância deste, assume o conselheiro suplente de cada representação específica.

Art.11 - As decisões do plenário do CMDR serão comunicadas as instancias governamentais que a matéria requerer ou, ainda, poderão se constituir em resoluções sendo ditadas e numeradas em cada exercício, cabendo a secretaria as providencias afins.

Art. 12 - O CMDR estará vinculado tecnicamente á Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Agricultura, podendo contar com assessoria indispensável ao seu funcionamento, sendo estruturado logística e administrativamente pela Secretaria Municipal de Governo, através da Coordenadoria de Conselheiros Municipais, sem intervenção em seus caráter deliberativo nos matérias que lhe competem.

Art. 13 - Os casos omissos e as duvidas na aplicação do presente instrumento e do seu Regimento interno serão solucionados pelo Presidente, ouvindo o Plenário.

Art.14- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.